

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV
GVces

NÚMERO 51
ABRIL 2011
R\$ 15,00



Democracia à brasileira

SISTEMAS PARTICIPATIVOS: alguns avanços e muitos impasses

PLANEJAMENTO: população é alijada das decisões

ACESSO À INFORMAÇÃO: País está na lanterna da América Latina

Tatiana Collese

Nasceu em 1º de outubro de 1990



Like

北京大学 ☆
★★★★★ 17 comentários - mais informações ▶
中国
北京市海淀区颐和园路5号
010-62752114
pku.edu.cn
Rota Nesta área, pesquisar por Salvar em... mais ▶



Retweet this to your followers? X

Timeline Favorites Following Followers Lists

TatiCollese Tatiana Collese
Palestra em Xangai. Ainda bem que é em inglês!
3 hours ago

TatiCollese Tatiana Collese
Quinto dia em Xangai, e até agora não vi ninguém comendo grilo aqui na universidade! rs
17 hours ago

TatiCollese Tatiana Collese
Como é que trouxeram o material de construção da Muralha da China? #perguntasculturais
17 hours ago



370 Tweets 100 Following 9,091 Followers 5 Listed

Tatiana Collese começou uma amizade Fernanda Campos e outras 124 pessoas



há 2 horas

Tatiana Collese fez intercâmbio na China pelo Santander Universidades.

UMA SALA DE AULA DO TAMANHO DO MUNDO. VAMOS FAZER JUNTOS?

O Santander tem um dos maiores programas de apoio ao ensino superior do mundo. Criado para alunos, professores e universidades, o Santander Universidades oferece bolsas de estudos, intercâmbios, prêmios de pesquisa, inovação e empreendedorismo e muito mais pra você recheiar bem a bagagem que vai levar pra toda a vida.

E você: como quer encher a sua bagagem? Espalhe para o mundo pelo santander.com.br/universidades e abra a sua conta.

Central de Atendimento Santander: 4004-3535
SAC: 0800-762-7777
Ouvidoria: 0800-726-0322

 **Santander**
UNIVERSIDADES

VALORIZANDO IDEIAS POR UMA VIDA MELHOR

www.santander.com.br/universidades

E a nossa **democracia?**

Para abrir *Orientalismo*, escrito em 1978, Edward Said pinçou uma frase do livro *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, em que Karl Marx escreve: “Eles não podem representar a si mesmos, devem ser representados”. Com maestria e por meio de ampla pesquisa histórica, Said demonstra em que medida o Oriente é uma invenção ocidental, na busca de uma diferenciação mais que geográfica para selar os povos ao Leste da Europa com o carimbo do exotismo e da inferioridade, com fins de dominação.

Trinta e três anos depois, Said, se vivo fosse, possivelmente teria sido um dos primeiros nomes procurados pelos jornalistas de todo o mundo. O que ele diria dos movimentos que sacodem os países árabes, alteram o jogo mundial de forças e nos fazem refletir sobre a democracia?

Nesta reflexão sobre o melhor regime de organização política já inventado (apesar de suas imperfeições), PÁGINA22 traz sua contribuição ao propor a seguinte pergunta: a democracia brasileira é um bom exemplo a ser seguido por outros países? Ou, antes disso: a qualidade de nossas práticas democráticas tem sido satisfatória?

Três reportagens nesta edição dão algumas pistas. Uma mostra as dificuldades dos sistemas participativos, incensados como um estágio mais avançado da democracia, mas que têm muito a melhorar em efetividade. A outra mostra como o debate sobre questões estruturais, definidoras da vida dos brasileiros e do desenvolvimento do País, é pouco aberto para a participação popular, ao mesmo tempo que obras de grande porte são impostas à revelia de diversos grupos da sociedade. E a terceira situa o Brasil nos últimos lugares em matéria de acesso à informação pública. Aqui, avançamos na representação. Mas e quanto à participação?

Desejamos uma boa leitura, agora com um novo projeto gráfico, mais limpo, moderno e arejado, sob assinatura do editor de Arte Marco Cançado, e valiosa orientação do designer gráfico Rico Lins.

PÁGINA22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini

EDITORA Amália Safatle

REPÓRTER Carolina Derivi

EDIÇÃO DE ARTE Vendo Design

Marcus Marques (edição), Dora Dias (design)

www.vendoeditorial.com.br

CONCEITO DO PROJETO GRÁFICO Rico Lins

ILUSTRAÇÕES Sírio Braz

EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi

REVISOR José Genulino Moura Ribeiro

COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

ENSAIO FOTOGRÁFICO Christian Knepper

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina d'Angelo, Beto França, Christiane Peres, Eduardo Rombauer, Eduardo Shor, Eli Ridolfi, Fábio Rodrigues, Flavia Pardini, Flavio Gut, Gisele Neuls, Gustavo Faleiros, José Alberto Gonçalves (edição e textos *Economia Verde*), Luciana Bietoli, Malu Villela, Marcel Taminato, Rachel Biderman, Regina Scharf, Renato Guimarães

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE

COORDENAÇÃO Jorge Saad

EXECUTIVO Júnior Tupinã

CONTATO Livia Barros

(11) 3807-7084 / conexao@aiue.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP

(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br

www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL

Aerton Paiva, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto

Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto Waack



A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

© creative commons PÁGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADEIRU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO - EXCETO IMAGENS - DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



36

Caixa de **entrada** Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site da PÁGINA22

INBOX [reportagem: O melhor lugar do mundo é aqui]

Olá, Flávio! Sinto que a qualidade das nossas relações é que traz consciência para o sentido da felicidade. Seja a qualidade da minha relação comigo mesma, seja com o próximo e com a natureza. Adorei o artigo! **Marina Minari**

[reportagem: Feliz foi Adão...]

Amália, li ontem toda a revista. Parabéns! Felicidade é uma pauta super difícil de tratar, mas

ficou ótima a tua abordagem. É a questão de fundo de toda prosa ambiental. **Roberto Villar Belmonte**

[post: E o nuclear, daqui pra frente?]

O que mais me assusta é a segurança do primeiro-ministro polonês. Os caras devem ser o país mais bagunçado da Europa, e me vêm com essa pose de “ah, comigo não vai acontecer”. Como se terremotos fossem a única hecatombe a se abater sobre uma usina nuclear. **Gilvan Tessari**

[reportagem: Do suor do teu rosto...]

Seria interessante uma matéria mais aprofundada sobre a ausência de políticas de recursos humanos na maior parte das ONGs do País. **Juliana Russar**

OUTBOX Olá, Juliana, sim, este era um dos pontos centrais na proposta da pauta, mas acabou sendo pouco desenvolvido na reportagem. Vale voltar ao assunto, até porque é um sensível calcanhar de aquiles.

EM CASA! Marco Cançado, Arte O PERFIL DE QUEM FAZ PÁGINA22

Foi num quarto improvisado no apartamento do Marco que as primeiras páginas desta revista começaram a tomar forma. Eram quatro pessoas (mais o Chewbacca, seu chow-chow de estimação) dividindo um espaço exíguo para dar luz à primeira edição.

Dos mais de 20 anos de experiência do Marco com design gráfico – seja desenvolvendo revistas, livros, seja logomarcas, e agora atacando nos tablets –, cinco são pontuados por uma parceria inestimável com a PÁGINA22. O editor assina aqui o quinto projeto gráfico da história da revista. Que hoje tem mais conforto, mas lembra com carinho os tempos de aperto.



16 ENTREVISTA

Bassma Kodmani, da Arab Reform Initiative, fala sobre os anseios por que lutam os povos árabes

24 DEMOCRACIA

Sistemas participativos têm muito a evoluir. Dentro e fora da política, experiências ensinam a dialogar

32 PLANEJAMENTO

Na letra da lei, a participação popular é bem-vinda. Na prática, muitas vezes, falamos com as paredes

36 RETRATO

A gente do Rio Xingu que vive à margem das decisões do PAC

40 TRANSPARÊNCIA

O País está mal em acesso à informação pública. Enquanto a lei não vem, a web cria alternativas

44 MOVIMENTOS

Na sustentabilidade, pipocam compromissos, iniciativas, indicadores. É hora de convergência?

Seções



CAPA Foto: Galápagos Arte corporal: Beto França

- 6 Notas, Web e Cultura
- 10 Economia verde
- 14 Análise
- 15 Estalo
- 30 Artigo
- 31 Crônica
- 47 Artigo
- 48 Coluna
- 49 Artigo
- 50 Última

RECICLAGEM

Prioridade é o CARBONO

A Escócia quer ser vanguarda em reciclagem. É o que indica um novo projeto do governo escocês, divulgado em março, que pretende substituir o tradicional sistema baseado no peso dos materiais por um esquema que aplica o “fator carbono”, levando-se em conta os benefícios climáticos de reciclar determinados materiais. Assim, a ideia é priorizar a reciclagem de materiais cuja fabricação contribui mais para as emissões de gases de efeito estufa, como plásticos e tecido, e daqueles que seu próprio processo de reciclagem é menos intensivo no uso de energia.

O novo esquema, disse a Zero Waste Scotland – entidade financiada pelo governo para atingir a meta de reciclar 75% do lixo até 2025 –, dará prioridade à reciclagem de ciclo fechado (*closed loop*), em que os materiais são reutilizados na fabricação do mesmo produto. Em vez de usar vidro para produtos agregados ou de isolamento térmico, a ideia é reciclar vidro para fazer mais vidro. Outra prioridade será a compostagem de alimentos e bebidas.

Iain Gulland, diretor do projeto, afirma que o novo sistema representa um passo importante nos processos de reciclagem e espera que a iniciativa seja ampliada para todo o Reino Unido e, posteriormente, outros países da Europa. “Essa é a estratégia que a Escócia escolheu para liderar. A preocupação central são as mudanças climáticas. Não se trata apenas das toneladas de material ou do custo de seu transporte de A para B”, disse ao jornal inglês *The Guardian*.

Segundo a Zero Waste Scotland, essa é a primeira tentativa no mundo de usar uma “métrica do carbono” na reciclagem. Por enquanto, a Escócia está bem abaixo da meta estabelecida para 2025 – o país reciclou 36,7% de seu lixo nos doze meses encerrados em abril de 2010 – mas planeja atingir os 75% em 2025 e, a médio prazo, a marca do desperdício zero. O governo escocês assumiu uma das metas mais ambiciosas do mundo para a redução de emissões e carbono: 42% sobre os níveis de 1990 até 2020. Leia mais sobre reciclagem em pagina22.com.br/index.php/2008/07/a-outra-face-da-reciclagem. **POR ELI RIDOLFI E FLAVIA PARDINI**



GREEN BUILDING

ENERGIA DOS ARRANHA-CÉUS

Grandes edifícios podem se tornar importantes geradores de eletricidade nos centros urbanos. Empresários de Chicago estão implantando no Willis Tower, o mais alto arranha-céu da cidade, um tipo de janela especial, capaz de absorver os raios solares e gerar energia.

A tecnologia, chamada de Unidade de Vidro Fotovoltaico (PVGU, em inglês), poderá substituir as placas solares convencionais instaladas geralmente no último piso das torres, um problema para aquelas com pouco espaço no topo.

As novas janelas têm ainda a capacidade de preservar a iluminação natural no interior das edificações, ao mesmo tempo que reduzem o ganho de calor. Segundo a Pythagoras Solar, a empresa líder do projeto, elas poderão gerar a mesma quantidade de energia dos painéis solares, apresentando-se como uma solução bastante viável para as construções com altas paredes de vidro.

A tecnologia ainda está em fase experimental, mas abre a possibilidade de que altos edifícios tornem-se grandes fazendas urbanas de energia solar. O projeto é uma parceria entre a Pythagoras Solar, o Willis Tower e empresas da Califórnia, Israel e Taiwan. **(ER, COM INFORMAÇÕES DO GREEN BUILDING ELEMENTS)**

[SAÚDE]

CIDADES OBESAS

A vida automatizada das grandes cidades é responsável por uma crise de obesidade que custa bilhões de dólares aos cofres públicos de países como Estados Unidos e Inglaterra. Esta, por exemplo, gasta mais de 10 bilhões de libras esterlinas, ou R\$ 26,5 bilhões, o equivalente a 10% de todo o orçamento do sistema de saúde, para tratar de problemas decorrentes da inatividade física. Nos EUA, o custo médico do tratamento de doenças relacionadas a obesidade foi de mais de US\$ 147 bilhões, ou R\$ 244 bilhões em 2008.

A Tale of Two Obese Cities (A história de duas cidades obesas) – trabalho conjunto da City University of New York e da London Metropolitan University – comprovou a importância da criação de programas que estimulem mais pessoas a caminhar e a andar de bicicleta. O estudo, que enfoca Nova York e Londres, mostrou que há uma porcentagem significativamente menor de pessoas acima do peso nos bairros onde caminhar é um hábito. Os pesquisadores explicam também que existe uma relação direta entre pobreza, inatividade física e obesidade.

“Bairros pobres têm em geral menos parques e centros de recreação e, por falta de segurança, as pessoas evitam sair para fazer qualquer atividade física.”

Essas evidências levam o relatório a fazer uma recomendação óbvia: promover a caminhada e o ciclismo é o caminho para ter uma população mais saudável e, ao mesmo tempo, reduzir os gastos em saúde pública.

POR FLAVIO GUT

COLABORAÇÃO

UM MAPA EM CONJUNTO

O projeto MapaColetivo.com, idealizado pelo jornalista Gustavo Faleiros, foi um dos quatro ganhadores da segunda edição do Prêmio Instituto Claro. Como o nome diz, o MapaColetivo.com será um site de mapas da cidade de São Paulo construído de forma coletiva pelos usuários, com a utilização de tecnologias como o Google Maps, Google Earth e um aplicativo para celular que poderá ser baixado gratuitamente.

Segundo Faleiros, editor-chefe do site especializado em meio ambiente *O Eco* e colaborador de PÁGINA22, o site pretende reunir, no mesmo espaço, jornalismo, participação cidadã e ferramentas de mapeamento para promover o engajamento de pessoas na resolução de problemas da cidade. “As pessoas poderão relatar o que está acontecendo através de seu próprio ponto de vista”, diz. O projeto deve ser implantado inicialmente em São Paulo, mas Faleiros tem planos de expandir o MapaColetivo.com para outras capitais. **(FG)**

MÉTRICAS

QUAL É A FORÇA DO SETOR SOCIAL?

Medir o tamanho e a força do setor social – sem fins lucrativos – no mundo

BIODIVERSIDADE

Espécies INVASORAS?

O estudo de uma equipe de pesquisadores americanos está despertando polêmica nos círculos da Biologia internacional. Em seu artigo, publicado na revista *Conservation Biology*, os professores atribuem valor ecológico às chamadas “espécies invasoras”, que ocupam áreas diferentes de seu ecossistema original e são consideradas como a segunda causa de redução de biodiversidade no mundo. A pesquisa apresenta uma série de benefícios proporcionados por essas espécies, desde o fornecimento de alimento à preparação do habitat para animais e plantas nativos.

Há cerca de duas décadas, os EUA gastaram milhões de dólares para conter a população de pés de tamarindo, que se multiplicavam no Sudoeste do país. Biólogos afirmavam que eles absorviam muita água do solo, prejudicando as espécies nativas, abrigos de muitos animais. Nos últimos anos, porém, descobriu-se que eles não absorvem tanta água quanto se estimava, e mais, passaram a comportar ninhos de pássaros que estariam sob ameaça de extinção.

Outro exemplo são as abelhas, que chegaram ao Novo Mundo com os ingleses no século XVII. Segundo cientistas, seu desaparecimento no continente americano resultaria em graves consequências para os ecossistemas onde atuam. Mas no Brasil, por exemplo, elas evitam a extinção de porções de floresta isoladas das chuvas, transportando os grãos de pólen. Martin Schlaepfer, um dos líderes do estudo, afirma a necessidade de desmitificar as espécies exóticas. “Nós prevemos que a proporção de espécies não nativas vistas como boas ou desejáveis vai aumentar nos próximos anos. O estudo propõe justamente essa reflexão”. **(ER)**

não é, por certo, uma tarefa fácil. Faltam informações confiáveis especialmente no Hemisfério Sul. E, mesmo quando existem, é praticamente impossível estabelecer padrões de comparação, pois as metodologias utilizadas são muito diferentes.

Para buscar solucionar o problema, o Brasil e outros 32 países decidiram adotar a metodologia desenvolvida pelo diretor do Centro de Estudos da Sociedade Civil da Universidade Johns Hopkins, Lester Salamon. No Brasil, a métrica será inserida em um novo *software* para as contas nacionais que está sendo implantado pelo IBGE, o que vai permitir, já em 2012, analisar o tamanho do setor no País.

As bases do método encontram-se na publicação *Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts*, elaborado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas e pelo centro de pesquisas dirigido por Salamon. O objetivo é aplicar cruzamentos com dados já existentes. Salamon esteve em março em São Paulo, onde se reuniu com representantes do IBGE, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (Gife), da USP e do Programa de Voluntariado das Nações Unidas, no escritório Pinheiro Neto Advogados. **(FG)**

FALA, LEITOR

HISTÓRIAS E IDEIAS DE QUEM LÊ PÁGINA22



Fabiano Facó está naquela euforia de quem recém descobriu a sustentabilidade. Engraçado pensar que a roda ou a pólvora podiam ser o complemento dessa expressão tempos atrás. *O insight* veio há dois anos, quando assistiu a uma aula de Desenvolvimento Sustentável oferecida no curso Tecnólogo em Gestão de Marketing. “Me apaixonei pelo tema e fui atrás de formação”, conta este carioca que adotou São Paulo como terra para ser feliz.

Optou pelo MBA em Gestão Ambiental e Práticas de Sustentabilidade, no Instituto Mauá de Tecnologia, e em Gestão para o Baixo Carbono, na FGV. Já no meio do curso criou sua Habitante Verde, cuja missão é dar suporte aos clientes no desenvolvimento de projetos que permitam a inserção da competência da sustentabilidade ambiental na sua estratégia (www.habitanteverde.com.br). “Não é uma consultoria, Ana, porque o consultor chega à empresa, observa e dá um parecer. Eu quero inserir práticas em todos os processos, é a sustentabilidade ajustada na estratégia de negócio”, alega o empresário, estudante e, agora, também blogueiro verde.

A transformação que Facó pretende nos futuros clientes é parecida com a que lhe tomou de assalto nos últimos anos. Ele não só “descobriu” uma nova profissão, como mudou toda sua vida após os 40. Até então sua experiência de trabalho fora centrada em gestão em empresas de telecomunicações e tecnologia da informação. “Quem faz essa mudança nesta etapa da vida fica muito animado”, diz. E é este entusiasmo que percorre suas linhas no blog criado para, de alguma maneira, “documentar” sua transição profissional e fazer as trocas instigantes entre os amantes da área. Empolgado que só, ele ainda me conta que sua monografia no MBA terá como tema este primeiro trabalho. **POR ANA CRISTINA D'ANGELO**

Se você deseja participar desta seção, escreva para LEITOR@pagina22.com.br e conte um pouco sobre você e seus projetos. Para se comunicar com Fabiano Facó, escreva para facof@habitanteverde.com

POR CAROLINA DERIVI E ELI RIDOLFI

PRATA DA CASA

Mobilização 2.0

Impossível falar em ciberativismo sem citar a Avaaz, atualmente a maior organização internacional de mobilização na internet. O fenômeno das petições *on-line* tomou a proporção dos milhões e tem-se revelado como nova possibilidade de ação política com resultados muito concretos.

Em entrevista que você confere no site de PÁGINA22 (fgv.br/ces/pagina22), Graziela Tanaka, coordenadora de campanhas da Avaaz, diz que todo esse movimento mostra que há uma demanda de articulação global em torno de questões comuns, como direitos humanos e mudanças climáticas. Nomes como Al Gore e Gordon Brown já elogiaram a atuação da Avaaz. O ex-premier britânico chegou a solicitar apoio à rede para conseguir a inclusão da pauta de empregos na agenda do G20.

Graziela fala sobre os bastidores da organização, o perfil do ciberativista, e o futuro dessas ações, que hoje estariam “só engatinhando”. Para ela, os diferentes tipos de ativismo não se excluem. Ao engajamento ativo nas ruas vem se somar a agilidade do *on-line*.

Em quatro anos de existência, a Avaaz já reúne mais de 7 milhões de membros em todo o mundo. De olho no Brasil, que alterna com a França a liderança em número de ciberativistas, a organização foi uma das principais articuladoras da mobilização popular em favor da aprovação do Projeto Ficha Limpa, em maio do ano passado.



“A Avaaz tem guiado e levado adiante o idealismo do mundo.”
Gordon Brown



MÚSICA AFRO-BAIANA

Nasce uma nova rede social, desta vez voltada para a colaboração entre compositores, intérpretes, produtores e críticos musicais baianos e africanos. Um dos objetivos da comunidade é resgatar as raízes africanas da música baiana e promover a produção musical nos dois continentes. Para participar da rede, basta se cadastrar em www.bafrik.com.

O portal foi lançado oficialmente em 22 de março com um concerto do Gimba, o Grupo

de Intérpretes Musicais da Bahia, durante o qual foram executadas peças de compositores da Nigéria, de Uganda, da África do Sul e do Brasil. O show foi transmitido ao vivo exclusivamente pela internet. O Bafrik é uma iniciativa da OCA – Oficina de Composição Agora, patrocinada pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

DE VOLTA A CHERNOBYL

O fotógrafo Gerd Ludwig, da *National Geographic*, esteve em Chernobyl, no início da década de 90, retratando os efeitos da radiação sobre a cidade-fantasma de Prypiat, que abrigava os trabalhadores da usina nuclear. Vinte e cinco anos depois do acidente, ele quer voltar para

investigar o estado atual de contaminação dos solos e verificar a situação do reator que explodiu e os progressos no processo de limpeza do local.

A fim de arrecadar fundos, Ludwig organizou um site e gravou um vídeo em que explica as razões do projeto. “Faço isso porque sinto que a consciência da catástrofe de Chernobyl deve continuar a se disseminar”, afirma o fotógrafo.

A primeira meta de valores ele já bateu, mas precisa avançar, com vistas ao longo prazo do projeto. Para contribuir, é só acessar longshadowofchernobyl.com. Em seção especial no site, Ludwig publica os nomes de todos os doadores.

VALE O CLICK BANK TRACK

A organização Bank Track criou o Dodgy Deal World Map, ferramenta para mapear empresas e, principalmente, bancos envolvidos em projetos de grande impacto socioambiental no mundo. O site aponta, no Google Earth, cada um desses projetos, junto com uma descrição de seus perfis e das polêmicas que vêm despertando. No Brasil, destaque para Belo Monte, Rio Madeira e Angra 3. (banktrack.org/dodgydealmap)

RSA

Os vídeos da Royal Society for the Encouragement of Arts, Manufactures and Commerce (RSA) ficaram famosos na web pela combinação característica: a voz de um intelectual durante uma palestra e a mão de um desenhista que vai ilustrando a ideia como se fosse uma animação. No lançamento mais recente da série, o jornalista Evgeny Morozov apresenta uma visão alternativa àqueles que consideram a internet democratizante. (comment.rsablogs.org.uk/videos/)



YALE360

No site da escola de estudos ambientais de Yale não circulam notícias fragmentadas. Raridade. Por ali, só se encontram análises de fôlego e videorreportagens pra lá de profissionais. Um desses vídeos, *Warriors of Qiugang*, concorreu ao Oscar 2011 de documentários em curta-metragem e pinça um episódio comovente do nascente ambientalismo chinês. (e360.yale.edu)

POR ANA CRISTINA D'ANGELO (ANA@PAGINA22.COM.BR)

O mundo ORIENTAL nas artes

VÁRIAS DIREÇÕES TRATAM O CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE NAS TELAS DE CINEMA

Um israelense e um palestino. Dois olhares sobre a aparente interminável disputa no Oriente Médio. O cineasta israelense Amos Gitai tem um olhar profundo, por vezes culpado, mas, sobretudo, “problematizante” sobre o conflito. “Ele entende que a rivalidade vai além da disputa por territórios, mostra a dificuldade de comunicação, aponta o quanto é difícil entrar em universos diferentes”, explica o crítico de cinema Marcelo Miranda, editor da revista eletrônica filmespolvo.com.br e um dos curadores do último Festival de Brasília.

Já o palestino Elia Suleiman tem a ironia como característica marcante em seus filmes. “Em certo sentido é menos sério que o Gitai, porque retrata sua própria experiência com uma dose de sátira. Mas esse olhar debochado só é possível para quem está dentro da realidade e apto a fazer essa intervenção”, analisa Miranda.

Outro destaque é *Valsa para Bashir*. Entre o documentário e a ficção, a animação é uma remontagem do que teria acontecido quando o diretor e cineasta Ari Folman participou de uma missão na Guerra do Líbano, no início dos anos 80, quando israelenses invadiram o país com apoio de milícias cristãs libanesas, ocasião em que ocorreu o Massacre de Sabra e Chatila. Como ele de nada se lembra devido a blecaute na memória, passa a buscar e entrevistar seus velhos companheiros de época. “O filme serve para expurgar esse pensamento ou delírio do cineasta, é um dos grandes filmes políticos que perpassam as questões do mundo árabe-israelense”, afirma o crítico.

DICAS DO CRÍTICO:

De Amos Gitai: Aproximação (2007) e Kedma (2002)

De Elia Suleiman: Intervenção Divina (2002) e O Que Resta do Tempo (2009)

De Ari Folman: Valsa Para Bashir (2008)

MIRAGENS

As visões estereotipadas que o Ocidente construiu sobre o Oriente ali estão com a poderosa intervenção dos artistas. Seja no humor e/ou na crítica, esses artistas contemporâneos que compartilham a matriz cultural islâmica desarticulam nossa visão, trazendo frescor e consciência em relação a estas sociedades. De um lado da exposição *Miragens* vemos a tradição reinventada, no outro podemos ver obras impactantes, onde o alvo passa a ser você. Vale a pena observar:

AS TELAS DE LAILA SHAWA – Crianças são o centro de um tabuleiro de tiro ao alvo (foto), a bandeira dos EUA tem como fundo um cenário pós-exploração de bomba, símbolos da globalização são aplicados em ícones da cultura islâmica.

A SÉRIE SUPERMUÇULMANO, DE SENER

OZMEN – sátira com o Super-Homem. Em vez de fazê-lo voar, sua capa serve para que se ajoelhe e faça as preces.

O VÍDEO DE HALIL ALTINDERE – por alguns segundos, nós nos transformamos no alvo de um atirador. Alusão ao olhar de fora, sempre carregado de estigmas.

O VÍDEO DE KHALED HAFEZ – também na



OUTRAS DICAS

CARAMELO (2007) – Singela e poética, essa coprodução Líbano/França é dirigida por Nadine Labaki, que também atua no filme. *Caramelo* aborda assuntos como amor, ilusão, homossexualidade e envelhecimento, vividos por mulheres em torno de um salão de beleza em Beirute.

PARADISE NOW (2005) – Fanatismo, religião, guerra. Amigos de infância, os palestinos Khaled (Ali Suliman) e Said (Kais Nashif) são recrutados para um atentado suicida em Tel-Aviv. A operação não sai como o planejado e eles acabam se separando. Com bombas escondidas em seus corpos,

Khaled e Said devem enfrentar seus destinos e defender suas convicções.

A GRANDE VIAGEM (2004) – A religião e a cultura islâmica e os valores familiares estão neste bonito *road movie*. Imagens comoventes da viagem que vai do Sul da França a Meca, na Arábia Saudita, e a transformação do relacionamento entre pai e filho.

DO OUTRO LADO (2007) – Um drama (foto) que trata de forma contundente a questão da imigração e as identidades fragmentadas e perdidas. Não por acaso, o diretor Fatih Akin nasceu na Alemanha, mas seus pais são turcos. Cinema político sem ser panfletário.

linha do humor, coloca um homem com cabeça de cavalo andando por várias cenas documentais do Líbano, passeatas, bandeiras, mulheres usando véu.

Miragens está em cartaz no Instituto Tomie Ohtake, em São Paulo. Gratuito.



[ECONOMIA VERDE]

As vigas da Rio+20 RELATÓRIO DO PNUMA LANÇA OS PILARES DAS NEGOCIAÇÕES SOBRE ECONOMIA VERDE NA CONFERÊNCIA, ENQUANTO PERSISTEM IMPASSES COM A OMC JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

O corte dos subsídios aos preços dos combustíveis fósseis, que excederam US\$ 650 bilhões em 2008, asseguraria quase metade do montante anual necessário para financiar a transição da “economia marrom” à economia verde até 2050. Segundo relatório publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) [1] no final de fevereiro, a conta anual da transição varia de US\$ 1,347 trilhão a US\$ 2,593 trilhões, mais ou menos 2% a 4% do PIB global, a depender da profundidade da mudança, que contempla dez setores: agricultura, água e saneamento, construção civil, energia, florestas, indústria, lixo, pesca, transporte e turismo (veja na versão digital deste texto tabela com metas e investimentos por setor).

“O relatório do Pnuma é um excelente primeiro passo para estabelecer um conceito mais amplo de economia verde, mas é apenas o primeiro passo”, pondera Aron Belinky, colaborador do Instituto Vitae Civilis, que coordena no Brasil a Coalizão da Economia Verde (GEC, na sigla em inglês), fundada em 2009 por Pnuma, Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (IIED), WWF Internacional e União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Mais cético, o

professor Ricardo Abramovay, coordenador do Núcleo de Economia Socioambiental (Nesa), da FEA-USP, lamenta a ausência no documento de questionamento mais incisivo aos atuais padrões perdulários de consumo e estilos de vida das economias de mercado. “Com esses padrões, as indicações são de que a economia mundial continuará dependente das energias fósseis até pelo menos 2050”, diz.

Quem, afinal, liderará as negociações sobre economia verde em junho de 2012 na Rio+20, que terá no relatório do Pnuma uma de suas principais peças de discussão? Como Estados Unidos e Japão mergulharam em problemas domésticos nas áreas de energia e clima, a missão tende, então, a sobrar para União Europeia e as principais economias emergentes (leia-se China, Índia e Brasil, além da África do Sul, que exerce influência sobre todo o continente africano).

Para retomar seu protagonismo, a UE precisa sair da posição defensiva de aumentar sua meta de redução nas emissões apenas se os outros países desenvolvidos fizerem o mesmo. É o que defende nas entrelinhas estudo patrocinado pelo Ministério do Meio Ambiente da Alemanha, que adicionou munição ao arsenal dos que defendem transição mais rápida da

[1] *Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication* – www.unep.org/greeneconomy [2] *Trade and green economy*, UNCTAD/UNCTAD, março 2011 –http://www.unctad2012.org/rio20/index.php?menu=61

Nos EUA, bancos “pró-clima” mantêm crédito farto a usinas à base de carvão

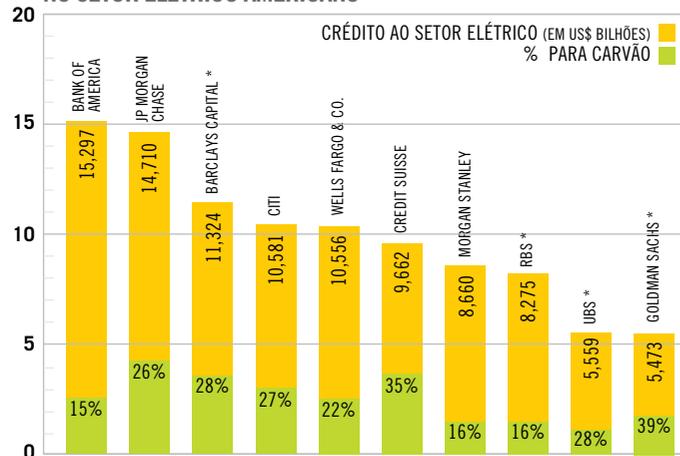
Uma análise dos dez maiores bancos financiadores do setor elétrico nos Estados Unidos mostra pouca diferença entre os signatários dos Princípios do Carbono (carbonprinciples.org), lançados em fevereiro de 2008 para reduzir empréstimos a grandes emissores de gases de

efeito estufa, e os que não se comprometeram com a declaração. Segundo estudo da Rainforest Action Network, não há evidências de que os seis bancos signatários diminuíram a participação dos empréstimos a projetos à base de carvão. Eles responderam por mais da metade do crédito ao setor elétrico de agosto de 2008 a junho de 2010.

Esperava-se cenário diferente, pois as diretrizes da declaração visam justamente orientar os agentes financeiros a cobrar de seus clientes empreendimentos que não liberem ou lancem menos gás carbônico na atmosfera. Segundo os Princípios, elaborados pelos seis bancos com apoio de representantes do setor elétrico e ambientalistas, os empreendimentos também precisam identificar formas de armazenamento do carbono, caso sua captura torne-se obrigatória no futuro. O relatório pode ser acessado em inglês em: ran.org/carbonprinciples. GISELE NEULS

OBS.: Os dados se referem ao volume total de financiamento do setor elétrico americano no período de agosto de 2008 a junho de 2010. *Bancos não signatários dos Princípios do Carbono.

PROPORÇÃO DE INVESTIMENTOS EM CARVÃO NO SETOR ELÉTRICO AMERICANO



Europa rumo à economia verde, que significaria elevar de 20% para 30% a meta da UE de corte nas emissões até 2020 na comparação com 1990.

O trabalho confronta o argumento de que guinada mais acelerada é inconveniente numa conjuntura de baixo crescimento e elevado desemprego. Segundo o estudo, divulgado em fevereiro, a ampliação na meta implicaria taxas de crescimento mais altas e recuperação mais veloz nos níveis de emprego. É a própria Alemanha que fornece evidência para o potencial de geração de postos de trabalho da economia verde. Segundo a GEC, o atual contingente de 250 mil empregados no setor de energias renováveis deverá triplicar até 2020 e alcançar a casa dos 900 mil em 2030. Corroborando o estudo alemão documento da Comissão Europeia (CE) publicado no início de março, ao assumir como provável a superação da meta de 20%, para 25%, se as correntes políticas de energias renováveis e eficiência energética continuarem sendo seguidas.

Mas o mundo real também contempla uma agenda de impasses no período preparatório à Rio+20. Uma dos temas mais polêmicos nessa agenda é a aplicação na economia verde das regras da Organização Mundial do Comércio [2]. Por exemplo, o Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio da OMC proíbe a imposição de padrões nacionais que atrapalhem o comércio internacional. Entretanto, muitos países já possuem seus próprios padrões de eficiência energética para uma gama ampla de produtos. É legítimo proibi-los de exportá-los justamente num momento em que a economia mundial trava luta insana para se tornar mais eficiente sob o ponto de vista energético e ambiental?

CURTAS

PASTA DA ECONOMIA VERDE – 1

No início do ano, o governo do Estado do Rio de Janeiro criou a primeira subsecretaria de Economia Verde do país, vinculada à Secretaria do Ambiente. A boa notícia, porém, é só o início de longa caminhada para descarbonizar a economia do estado, que em 2005 liberou na atmosfera 56,9 milhões de toneladas de gás carbônico, dos quais um terço vem da indústria e outros 18%, do transporte rodoviário. A subsecretaria será comandada por Suzana Kahn Ribeiro, professora da Coppe/UFRJ e ex-secretária nacional de Mudanças Climáticas. Segundo ela, o foco de atuação será em políticas de incentivo para aumentar o peso das atividades de baixo carbono no PIB do estado. Entre os projetos gestados estão o aumento da cobertura florestal, promoção da energia gerada do lixo, eficiência energética e fomento à energia solar. (GM)

PASTA DA ECONOMIA VERDE – 2

Deve sair ainda em abril o decreto com a meta de corte nas emissões globais do estado e algumas metas setoriais, como a do transporte rodoviário. Segundo Suzana Kahn Ribeiro, após o decreto, uma das primeiras medidas será o lançamento de um mercado de carbono estadual, inspirado no modelo europeu, com

a comercialização entre empresas de licenças para emitir gases de efeito estufa. O governo também estuda cenários de competitividade da indústria fluminense de acordo com as metas, a fim de evitar fuga de empresas para outros estados menos exigentes no controle das emissões. “Temos de evitar uma guerra fiscal verde e, para isso, é preciso uma harmonização dos instrumentos com as políticas dos outros estados”, afirma a secretária. (GM)

PASSE LIVRE NA ALEMANHA

A Mesa-Redonda dos Biocombustíveis Sustentáveis (RSB, na sigla em inglês) lançou em 22 de março um sistema de certificação socioambiental dos biocombustíveis. Em negociação desde 2007 entre produtores, indústrias, governos e ONGs, a certificação recebeu reconhecimento provisório do governo da Alemanha no mês passado. Também em março a Boeing iniciou parceria com a RSB denominada Consórcio Biomassa Sustentável, que pesquisará o uso de combustíveis em aviões. Quem informa é a Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, que participa das negociações da RSB no Brasil, ao lado da Petrobras e da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Detalhes sobre a certificação podem ser conferidos na página da

RSB: <http://rsb.epfl.ch/page-24930-en.html>. (JAGP)

LUPA NA CADEIA DA MADEIRA

A evasão fiscal decorrente do comércio ilegal de madeira no Brasil supera o orçamento do governo federal para a gestão e manejo das Unidades de Conservação, informa o livro *Madeira de ponta a ponta: o caminho desde a floresta até o consumo*, lançado em 29 de março no Auditório Itaú da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Repleta de ilustrações e infográficos, a publicação aborda os diferentes elos da cadeia de produção e consumo da madeira da Floresta Amazônica. Destaca, ainda, o papel do poder público como regulador e comprador responsável de madeira nativa da Amazônia.

“Compreender as diferentes modalidades de fraudes praticadas é nossa contribuição para os que atuam contra a ilegalidade desde a floresta até o consumo final, seja no setor público, no privado, seja na sociedade civil”, assinala Malu Villela, coordenadora da Rede Amigos da Amazônia e uma das autoras do livro – iniciativa conjunta dos centros de estudo em Sustentabilidade e em Administração Pública e Governo da FGV-Eaes. (Mais sobre florestas em Artigo à pág. 49) (JAGP)

Como construir com MENOS carbono?

APESAR DE INICIATIVAS PARA REDUZIR EMISSÕES, A INDÚSTRIA CIMENTEIRA AINDA É UMA DAS QUE MAIS CONTRIBUEM COM A MUDANÇA DO CLIMA. NO BRASIL DO PAC E DA COPA, O DESAFIO É MONUMENTAL GUSTAVO FALEIROS

Se a economia cresce, a indústria cimenteira prospera. No Brasil, o ciclo de altas no PIB elevou o consumo de cimento a recordes históricos – cerca de 51 milhões de toneladas/ano. As projeções mostram que a tendência de crescimento é consistente e os investimentos na expansão da produção no setor já estão em curso.

Em termos ambientais, o desafio não poderia ser maior. A fabricação de cimento é um dos principais fatores responsáveis pelas emissões de gás carbônico em todo o mundo.

O próprio Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (Snic) [1] reconhece o fato. Em relatório dedicado às mudanças climáticas, a entidade afirma que “o Brasil tem hoje um importante programa de infraestrutura para ser implementado com obras para projetos como o PAC e o Minha Casa, Minha Vida, e para grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. (...) O grande desafio é produzir cimento suficiente para todos esses projetos, com baixo nível de emissões de CO₂ por tonelada produzida”.

Globalmente, o setor cimenteiro responde por 5% das emissões. Sua participação de no segmento industrial é, também, bastante expressiva, 18% (ver gráfico). No Brasil, de acordo com os dados do segundo inventário de gases de efeito estufa, o ramo representa 2% de todo o carbono emitido pelo país. Entre 1990 e 2005, o aumento das emissões do setor foi de 30%.

Não obstante, o desempenho da indústria brasileira de cimento com relação às emissões pode ser considerado positivo. Enquanto as emissões cresceram 30%, a produção no mesmo período aumentou 50%, indicando redução na intensidade de carbono por tonelada produzida.

A razão para isso, explica o presidente do Snic, José Otavio de Carvalho, é que no País já é largamente adotada a prática de misturar outros elementos na fase de processamento. Conhecidas como adições, as misturas funcionam, até certa proporção, como substitutos ao clínquer, a principal matéria-prima na fabricação do cimento. “O Brasil é pioneiro e está sendo visto como referência”, diz Carvalho.

O outro lado dessa história é que os bons resultados na produtividade reduzem cada vez mais as margens de ação. Estudo feito pela Agência Internacional de Energia, em 2009, colocou as cimenteiras brasileiras entre aquelas com menor potencial para cortar emissões com a tecnologia já existente. Em nível global, a China e a Índia, que produzem juntas quase a metade de todo o cimento no mundo, são os países com maior margem para melhorar a eficiência de suas indústrias.

As emissões das cimenteiras estão divididas entre o uso intensivo de energia e o processamento do calcário, cuja transformação em altos-fornos resulta em grandes quantidades de gás carbônico. Para abater emissões no processamento, a indústria tem usado, principalmente, escórias da indústria siderúrgica e cinzas de usinas termoeletricas, para substituir parte do calcário. Já na energia, o caminho é utilizar combustíveis alternativos aos de origem fóssil. Nesse caso, queima de pneus e outros resíduos são os mais comuns, mas biomassa também começa a ser utilizada.

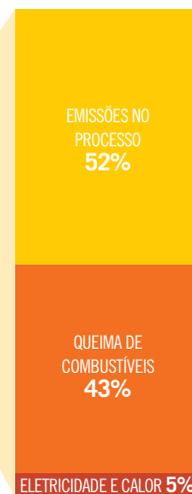
DE ONDE VÊM AS EMISSÕES DA FABRICAÇÃO DE CIMENTO

■ CIMENTO*
■ RESTO DAS EMISSÕES INDUSTRIAIS*



PRODUÇÃO DE CIMENTO

PAÍS	PRODUÇÃO (MILHÕES T)	% DA PRODUÇÃO MUNDIAL
1 CHINA	850	42,5
2 UNIÃO EUROPEIA	214	10,7
3 ÍNDIA	110	5,5
4 EUA	97	4,8
5 JAPÃO	69	3,5
6 COREIA DO SUL	60	3,0
7 RÚSSIA	46	2,3
8 BRASIL	38	1,9
9 EGITO	35	1,8
10 MÉXICO	35	1,8



FONTES: WRI (2005), AIE (2004) E USGS (2003 E 2004)

*EMISSÕES INDUSTRIAIS EM 2005: 6,5 BILHÕES DE T DE CO₂ EQUIVALENTE, OU 14,7% DAS EMISSÕES GLOBAIS (44,2 BILHÕES DE T)

O aumento da produtividade também ocorreu mundialmente. Entre 1990 e 2006, a produção cresceu 53%, enquanto as emissões de CO₂ subiram 35%. Um dos objetivos da Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento [2], programa do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, na sigla em inglês), é envolver empresas da China e da Índia para que novos avanços sejam alcançados.

“Os mercados em desenvolvimento são neste momento os mais importantes para a indústria”, pontua Howard Klee, o diretor da iniciativa do WBCSD. Segundo ele, empresas chinesas e indianas já estão comprometidas a modernizarem suas fábricas.

No caso do Brasil, argumenta Carvalho, a margem para reduzir ainda mais as emissões está no coprocessamento de resíduos da indústria durante a combustão. Segundo informações do Snic, gera-se por ano no país cerca de 2,7 milhões de toneladas de resíduos de diversos segmentos da indústria (siderúrgica, petroquímica, automobilística, de alumínio, tintas, embalagens, papel e pneumáticos), das quais em torno de 950 mil toneladas são coprocessadas.

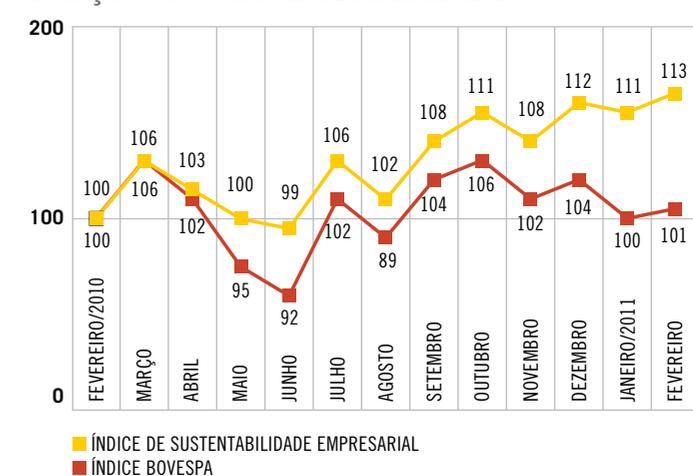
Mas é ele, o próprio presidente do sindicato do setor, quem faz um alerta. No momento, o parque industrial das cimenteiras brasileiras é considerado moderno, mas a demanda aquecida faz surgir projetos menos rigorosos com a eficiência no uso de energia e no controle da poluição. “Cabe às autoridades não aceitar que projetos como esses sejam feitos”, diz.

Pouco a pouco, o ISE descola-se do Ibovespa

De dezembro de 2009 até a penúltima semana de março, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) teve melhor desempenho que o Ibovespa em todos os meses, à exceção de março de 2010, quando oscilaram na mesma proporção. No período, o ISE teve alta de 16%, mesmo sem a Petrobras no índice, ante 1,1% do Ibovespa. O distanciamento entre o ISE e o Ibovespa acentuou-se a partir de setembro de 2010, antes, portanto, de a Vale entrar na carteira, em janeiro deste ano.

O descolamento entre os dois índices não ocorria desde 2006, quando o ISE variou 38%, bem acima dos 23% do Ibovespa. A busca dos investidores por ativos menos vulneráveis a riscos financeiros e socioambientais na economia pós-crise parece ser uma das razões do bom desempenho do ISE. Acesse a página da Bovespa sobre índices acionários para conhecer melhor a história, composição e evolução do ISE: bmfbovespa.com.br/indices/BuscarIndices.aspx?idioma=pt-br. (JAPG)

EVOLUÇÃO % DO ISE E DO IBOVESPA EM 12 MESES



ENTREVISTA João Andrade

REDD PODE SER A NOVA COMMODITY DA AMAZÔNIA

O Redd – sigla para Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação – é a estrela do momento nas discussões sobre o futuro do mercado de carbono. Em tese, uniria o útil ao agradável, permitindo que os países desenvolvidos compensem parte de suas emissões de carbono em países em desenvolvimento, investindo na preservação de suas florestas. Mas o mecanismo ainda está longe de remunerar os donos de florestas. João Andrade, economista do Instituto Centro de Vida (ICV), de Cuiabá, está envolvido em um projeto piloto em Cotriguaçu, no noroeste de Mato Grosso, em parceria com a TNC. Ele falou a PÁGINA 22 sobre os desafios para incluir o Redd na cesta de produtos da economia verde.

Uma projeção do ICV aponta que pecuaristas e produtores de soja deixariam de faturar US\$ 6,9 bilhões se cumprida a meta mato-grossense de redução do desmatamento para 2020. Os ganhos com Redd serão capazes de cobrir essa perda? O Redd é vantajoso para os países desenvolvidos que precisam mitigar suas emissões. Tanto que a regulamentação discutida internacionalmente prevê limitar a quantidade de recursos que poderão ser destinados a ele. O potencial é grande, mas não é a solução do problema. O Redd é mais um ingrediente na cesta da economia de baixo carbono. O crescimento da demanda por alimentos vai acontecer e o Brasil tem estoques de terra para ocupação, vai haver pressão pela expansão agrícola. É como se a gente estivesse criando uma nova commodity para a Amazônia.

Os governos dos estados amazônicos falam muito no Redd como caminho para o desenvolvimento. O que existe de concreto? O Acre é o mais avançado, já concluiu seu marco legal e a Califórnia pretende apoiar seu programa estadual de Redd. Amazonas e Mato

Grosso também estão avançados no marco legal. Na prática, o Brasil e Mato Grosso estão reduzindo as emissões do desmatamento, mas é uma situação conjuntural que pode mudar conforme a demanda de alimentos. Isso influencia a demanda por novas áreas agrícolas e pode mudar a tendência. Onde a economia florestal é mais forte, haverá maior potencial para o Redd. Mas onde há avanço da fronteira agrícola, o desafio é maior para conciliar a preservação da mata com essa produção agrícola.

O perfil empresarial dos proprietários da fronteira agrícola dá conta de um negócio tão arrojado? Há diferentes perfis e pressões conforme o setor. As indústrias madeireiras e os grandes proprietários que lidam, ambos, com exportação pensam em agregar valor à produção com essa nova economia. Os médios e grandes produtores ligados à pecuária podem começar a sofrer pressão dos compradores, mas isso ainda não acontece em Mato Grosso. Sabemos que no Pará o frigorífico Marfrig paga a mais na arroba do boi para quem tem regularização ambiental. A

preparação do produtor para entrar nessa nova economia vem por dois caminhos, pressão do governo e incentivo econômico. Já o pequeno agricultor precisa de mais ajuda. Ele ainda tem dificuldade de viabilizar a comercialização e a floresta é o capital natural que ele tem disponível de forma imediata.

Qual é o status atual do piloto de Redd no noroeste de Mato Grosso? Estamos na fase de estruturação. Não existe um projeto em andamento, mas partes que são importantes para compor um. Em 2010, realizamos diagnósticos setoriais, avaliando o que precisa melhorar e como aumentar a produção sem gerar mais impacto. Trata-se de melhorar o desempenho das atividades sem avançar sobre a floresta. Para isso, alguns setores têm de aumentar a produtividade e outros têm de melhorar a comercialização. Então, estamos concluindo essas análises para a produção de leite, gado de corte e madeira. Junto a isso também estamos verificando qual o estoque de carbono de área de floresta intacta em Cotriguaçu para ter valores mais precisos para a região. (GN)

[1] Baixe o documento do Snic, *A Indústria do Cimento no Cenário das Mudanças Climáticas*, em bit.ly/ePyDMw [2] Cement Sustainability Initiative – www.wbcdcement.org

Um novo impulso Documento recém-lançado contribui para encontrar uma modelagem macroeconômica mais consistente para a economia verde **POR JOSÉ ELI DA VEIGA***

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável [1] foi convocada para estabelecer um compromisso político global que inclua “desafios novos e emergentes”. Principalmente para a “economia verde”. Decorrência da Green Economy Initiative (GEI) [2], lançada em 2008 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), com o objetivo de apoiar governos na formulação de políticas de incentivo à adoção de tecnologias limpas, energias renováveis, manejo de recursos naturais e de resíduos, novas práticas agrícolas etc. Iniciativa que logo fez emergir a Green Economy Coalition (GEC) [3], uma frente de treze organizações internacionais de consumidores, trabalhadores, empresários, ambientalistas e pesquisadores.

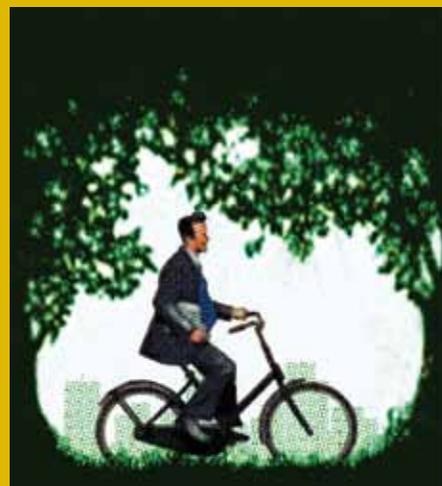
GEI e GEC entendem que “economia verde” será aquela que, além de se tornar justa e resiliente, também consiga melhorar a qualidade de vida de todos dentro dos limites ecológicos deste planeta.

O problema é saber se tão nobre objetivo poderia ser atingido pelo que tem sido chamado de “crescimento verde” ou se, ao contrário, será preciso “decrecimento” (com ou sem transição pela “condição estável”).

A ideia de que o desenvolvimento sustentável exigirá “crescimento verde” já havia sido adotada em 2005, na 5ª Conferência Ministerial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento na Ásia e no Pacífico, realizada em Seul (MCED 2005) [4]. Todavia, tal tese ganhou muito mais força a partir de 2009, quando começou a ser patrocinada pela OCDE [5], que está elaborando uma “estratégia” a ser aprovada em Paris em maio. E será apoiada por esmagadora maioria de economistas convencionais, pois estes estão convictos de que o crescimento econômico acabará por promover o divórcio entre o uso de recursos naturais e a expansão produtiva.

É bem anterior a ideia oposta: de que

a sustentabilidade do desenvolvimento é incompatível com a obsessão pela manutenção do crescimento. Surgiu em 1966 em publicações praticamente simultâneas de Kenneth Boulding (1910-1993) e de Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994). Em 1973 foi reformulada por Herman E. Daly (1938-), com teses ligeiramente diferentes que receberam recente consolidação com duas obras fundamentais: *Managing without growth* (Peter Victor, 2008) e *Prosperity without growth* (Tim Jackson, 2009).



O crescimento econômico piora a depleção ecossistêmica absoluta, mesmo quando o consumo de energia e de matéria aumenta menos que o produto. Em outras palavras, não é absoluta a separação entre uso de recursos naturais e expansão produtiva, por mais significativa que ela possa ser em termos relativos.

Então, para que a prosperidade das sociedades humanas respeite seus limites ecológicos, o futuro exigirá uma estabilização do consumo. E daí decorre a pergunta crucial: há macroeconomia que não seja essencialmente baseada no aumento incessante do consumo?

A única resposta positiva a tal pergunta

foi dada pelo modelo LowGrowth, construído pelo professor Peter Victor, que simulou quatro cenários básicos em que a economia canadense reduziria gradualmente suas taxas de aumento do PIB para atingir, após dois decênios, uma situação sem crescimento (*no growth*). Semelhante àquela que economistas clássicos haviam chamado de “condição estacionária”, e que Herman E. Daly preferiu denominar de *steady-state economy*, embora nenhum desses rótulos corresponda realmente à ideia de uma sociedade que prospera sem que sua economia aumente, ângulo da contribuição de Peter Victor no contexto do Canadá.

Nos quatro cenários, caem pela metade os níveis de desemprego, de pobreza e da relação dívida/PIB. O que varia é o volume de emissões de gases estufa. Sem taxação do carbono, esse volume aumentaria 30% no estilo com mais ênfase em investimento do que em comércio internacional, e 14% na hipótese inversa, com mais comércio e menos investimento. Com carbono tributado, essas elevações se transformariam em quedas de 22% e 31%, respectivamente. O que permite inferir que a prosperidade sem crescimento poderia ser um objetivo de médio prazo para os vinte e poucos países centrais que já atingiram padrões de vida comparáveis ao do Canadá.

O grande obstáculo é que essa nova macroeconomia de Peter Victor, também esboçada por Tim Jackson (capítulo 8 e apêndice 2), só poderá persuadir os tomadores de decisão quando sua modelagem se tornar muito mais consistente. Daí a importância do recente relatório *A Scoping Study on the Macroeconomic View of Sustainability* [6], elaborado em parceria do Sustainable Europe Research Institute com a empresa Cambridge Econometrics. É uma forte luz sobre o caminho. [22]

* PROFESSOR TITULAR DA FEA E ORIENTADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (IRI), DA USP. WWW.ZEELI.PRO.BR

Natureza feminina No mundo todo, as atividades florestais são dominadas por homens, cenário ainda pouco debatido. Especialista alerta que a desigualdade de gênero compromete os resultados de conservação e desenvolvimento **POR CAROLINA DERIVI**

No último Dia Internacional da Mulher, Lorena Aguilar, conselheira-sênior de gênero para uma das maiores organizações conservacionistas do mundo, a IUCN, fez um apelo: “Se nós não adotarmos uma perspectiva de gênero, não resta nenhuma dúvida de que vamos falhar nos nossos esforços de fortalecer a contribuição das florestas para a redução da pobreza, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável”.

A convicção da especialista chamou a nossa atenção para um panorama ainda pouco discutido. No mundo inteiro, o setor florestal é amplamente dominado por homens, o que inclui não só a propriedade ou posse das terras como também o controle sobre as atividades econômicas desenvolvidas nessas áreas.

O Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) já realizaram estudos que comprovam essa realidade na África e na Ásia. Mas essa é uma tendência que se repete no mundo todo, não somente nos países pobres detentores dos maiores remanescentes florestais. Na Suécia, só 38% das reservas particulares estão nas mãos das mulheres. Nos Estados Unidos, cerca de 10% dos profissionais do setor florestal são do sexo feminino.

Trata-se de um desperdício monumental de oportunidades que não diz respeito apenas a justiça, igualdade e correção política. No mundo da conservação, há um entendimento de que o sucesso de áreas protegidas depende do apoio de comunidades locais. Isso significa criar oportunidades econômicas alinhadas à preservação dos recursos naturais. Mas parece que a cena ambientalista ainda não acordou para um velho conhecido do ativismo social: a especial capacidade multiplicadora de meninas e mulheres.

Em média, no mundo em desenvolvimento, mulheres tendem a aplicar 90% de sua renda na família, enquanto os homens ficam entre 30% e 40%. Se a

mulher for saudável, com acesso a serviços e informação, seus filhos também serão. E, como se trata de vítimas de discriminação que têm menos oportunidades, o investimento na ala feminina significa destravar um potencial produtivo gigantesco, de trabalho e de conhecimento, com desdobramentos sobre economias locais.

“Mas não é só isso”, disse Lorena em entrevista a PÁGINA22. “Em todo o mundo nós observamos que, quando as mulheres são incluídas, os resultados ambientais de projetos florestais são mais efetivos.” Isso se explica pela divisão de funções ditadas pela tradição. Frequentemente, mulheres são as encarregadas da alimentação da família, via plantio e coleta. O resultado, segundo a especialista, é que, quando chega a hora de montar um plano de manejo, homens tendem a se interessar mais pela madeira, enquanto as mulheres, pelas frutas, óleos, resinas, sementes.

“São conhecimentos complementares. Se as mulheres são excluídas da esfera de decisão, exclui-se também todo o conhecimento sobre produtos não



A QUENIANA Wangari Muta Maathai liderou um grupo de mulheres que plantou milhares de árvores para combater as secas. Ganhou o Nobel da Paz em 2004. Hoje, comanda o Green Belt Movement.

madeiros que poderiam tornar aquele empreendimento diversificado, portanto mais favorável à conservação da biodiversidade e economicamente mais interessante.” Uma pesquisa publicada no periódico *Ecological Economics*, em 2009, sobre empreendimentos florestais na Índia e no Nepal, revelou que aqueles grupos que tinham maior proporção de mulheres em seus comitês executivos apresentaram melhores resultados em regeneração florestal, volume de produção agroflorestal e respeito às normas acordadas (*compliance*).

Mulheres são donas ou principais mantenedoras de apenas 5% das terras do planeta, segundo a IUCN, e isso inclui as florestas. A ironia é que, ao mesmo tempo que elas seguem alijadas da liderança em atividades de conservação e silvicultura, são também o grupo mais vulnerável aos impactos do desmatamento, porque dependem fortemente da diversidade de recursos para alimentação e para complementar a renda da família.

Lorena cita ainda outro exemplo, relativo à conservação marinha. Segundo ela, os esforços para melhorar as condições de vida de comunidades pesqueiras costumam se concentrar em fornecer mais e melhores redes e barcos. O foco, como de praxe, é a atividade própria dos homens. Mas são as mulheres que tradicionalmente detêm o conhecimento sobre como aproveitar todos os insumos dos peixes, para alimentação e artesanato, e também sobre armazenagem. A especialista diz que as experiências que atentam para a equidade de gênero costumam apresentar melhoria de renda para as comunidades com menor impacto sobre o meio ambiente marinho.

Fora da esfera local, os desafios – e as oportunidades – são enormes, enquanto as regras do mecanismo Redd seguem indefinidas no âmbito da Conferência do Clima. Já existe um consenso sobre a necessidade de beneficiar comunidades tradicionais e indígenas, mas a questão de gênero ainda não foi incorporada. [22]

[1] “UNCSO-2012”, “Earth Summit 2012”, ou “Rio+20”: <http://www.uncsd2012.org/rio20/> [2] <http://www.unep.org/greeneconomy/> [3] <http://www.greeneconomycoalition.org/> [4] <http://www.iisd.ca/sd/mced/> [5] http://www.oecd.org/document/46/0,3746,fr_2649_37465_44076206_1_1_1_37465,00.html [6] http://ec.europa.eu/environment/enveco/studies_modelling/pdf/sustainability_macroeconomic.pdf

Tabula rasa

POR FLAVIA PARDINI

Uma folha em branco onde desenhar seu próprio destino político é o que querem as populações do Egito e da Tunísia, países em que a legitimidade das ruas falou mais alto e derrubou regimes autoritários. Segundo Bassma Kodmani, diretora-executiva da Arab Reform Initiative – uma rede de institutos de pesquisa sediada na França que busca desenvolver um programa para a reforma democrática no mundo árabe –, na nova era que se abre a participação direta da população será crucial para a estabilidade. Para chegar lá, Egito e Tunísia partem do zero e têm de aprender com a experiência de países que fizeram a transição democrática. O Brasil é inspirador, diz Bassma, por ter conseguido romper com a cultura política elitista e eleger um líder próximo dos movimentos sociais. Ela espera que o mundo árabe saiba também rejeitar os aspectos negativos da experiência latino-americana, como a manutenção do modelo neoliberal de desenvolvimento econômico. Para Bassma, que nasceu na Síria, a mensagem que os movimentos no Oriente Médio enviam ao resto do mundo é a de que as pessoas comuns podem ter uma voz nos temas sociais e econômicos.



Há diversas situações no Oriente Médio – é possível apontar um desejo único por trás dos protestos recentes em vários países? É democracia que buscam ou simplesmente melhores condições materiais? Ou essas duas andam juntas?

A palavra-chave em todos os movimentos na região é “dignidade”. É um conceito rico e complexo, porque engloba importantes demandas sociais e econômicas para que as pessoas vivam uma vida digna. Sim, é preciso um mínimo de recursos para viver decentemente, mas há também uma forte dimensão relacionada com o desprezo em relação a todos os sistemas políticos na região, sistemas autoritários e extremamente corruptos, que usam os recursos naturais de forma predatória. Para a população, esse comportamento representa um desprezo em relação ao povo, que se sentia humilhado ao se ver sem poder em face de tais práticas predatórias de governo. Há uma terceira dimensão, particularmente no Egito, que é a posição do país no sistema internacional, a perda da influência que o Egito tradicionalmente teve e a falta de uma política externa independente nos últimos 30 a 40 anos.

Mas as pessoas também querem democracia, participar de seu próprio destino político?

Democracia é ainda um conceito abstrato para a maioria das pessoas na região, especialmente a maioria dos jovens, aqueles que nunca experimentaram a democracia como tal. Então é preciso usar outras palavras, desempacotar o conceito de democracia para chegar perto do que as pessoas querem. E aí você descobre que a parte mais atrativa da democracia é a participação e isso significa mais do que a separação dos diferentes ramos do poder, mais do que simplesmente partidos políticos que representam o povo. Acho que vamos chegar perto de uma democracia aberta, que permite a participação nas esferas locais, municipais, talvez por meio da ativação de redes sociais – países como o Brasil têm familiaridade com esses padrões. As pessoas têm condições de vida muito difíceis e estão ansiosas para ser ouvidas e incorporadas em algum processo pelo qual as autoridades atentem para as necessidades do povo. Acho que participação é o conceito mais atrativo e poderoso nisso tudo, e certamente também haverá partidos políticos para carregar as demandas do povo, a agenda social, assim como novos sindicatos que representem as forças e as demandas sociais.

A senhora acredita que há espaço no Oriente Médio para uma democracia em que as pessoas participem e se engajem em assuntos políticos? Na maioria dos países ocidentais o que se vê é que as pessoas parecem satisfeitas apenas em votar.

Acho que esse é o grande desafio. Países que foram bem-sucedidos em derrubar regimes autoritários serão democráticos com certeza, não tenho grande preocupação em relação ao Egito ou à Tunísia. Eles serão democráticos, o desafio é que tipo de democracia terão. Se será apenas a separação dos poderes, a representação por meio de partidos políticos, participação em eleições, em que você vai para casa e confia que a liderança vai implementar o que prometeu. Esse não é o padrão que permitiria enfrentar os grandes desafios, as crescentes dificuldades de natureza social e econômica. A participação do povo é vital para assegurar a estabilidade social,

e eu certamente gostaria de ver isso nesses países. Algumas pessoas têm essa visão de que é preciso descentralizar e enfatizar a governança local, é preciso aprender com outros países os mecanismos que permitem essa democracia direta, aberta, participativa.

A senhora disse que um dos países que inspiram o Oriente Médio é o Brasil. De que forma o Brasil inspira?

Há duas coisas no Brasil que parecem atrativas à primeira vista. Uma delas é a forma com que as forças sociais se organizaram de maneira efetiva e desafiaram a cultura política elitista do país – eventualmente chegaram ao poder, com Lula, e isso vem continuando. O que temos aí é um partido político forte, poderoso, que de fato representa as forças e as demandas sociais. Isso é crucial para um país como o Egito. A segunda fonte de inspiração é a forma como alguns dos candidatos nas eleições, me parece, foram capazes de mobilizar por meio de redes sociais importantes setores da sociedade de forma muito direta. É um modelo promissor e pode ser usado tanto na esfera local como na nacional, dependendo dos temas em questão. Agora, o que sabemos sobre o Brasil é definitivamente insuficiente, e nosso objetivo na Arab Reform Initiative é organizar essa troca com alguns países que têm experiências com a democracia. Outro país que queremos explorar é a Índia, que conta com importantes movimentos de base que conseguem se expressar e participar.

Algumas pessoas no Brasil parecem ter dúvidas sobre quão rica é nossa experiência, em parte porque o país ainda é dominado pela desigualdade, em termos econômicos, mas também em termos de participação política.

O que queremos aprender a não fazer, a partir da experiência brasileira, é construir uma democracia política sem desafiar os modelos econômicos de desenvolvimento. As disparidades sociais entre ricos e pobres na América Latina são uma fonte enorme de instabilidade. Precisamos aprender com essas experiências e compreender que é preciso incorporar os temas sociais e econômicos no debate político e sentir-se confiantes o suficiente para, com um governo eleito legitimamente, levar seu caso às instituições financeiras internacionais, à Organização Mundial do Comércio, à União Europeia, ao Banco Mundial. Dizer que nossos países não podem sustentar privatizações, certas regras para a legislação trabalhista, esses tipos de políticas que os países nunca contestaram, simplesmente implementaram as condições impostas pelas organizações internacionais porque nunca sentiram que tinham o direito de contestar. Acho que agora há espaço para alguma forma de coalizão internacional dos países do Sul para dizer que não podem sustentar o modelo econômico neoliberal. A nossa experiência acontece 20 anos depois da América Latina, agora há algum questionamento mesmo dentro dessas instituições internacionais sobre a validade desses modelos, e acho que é justamente a hora de começar a contestá-los.

O que detonou os protestos no mundo árabe? São os jovens que se conectam com o restante do mundo e, vendo seus pais sem avançar depois de anos de trabalho, se revoltam?

Não estou certa de que foi a mesma coisa no Egito e na Tunísia. Eu estava mais inclinada a achar que aconteceria no Egito primei-

A palavra-chave nos movimentos da região é 'dignidade'. É um conceito rico porque engloba demandas sociais e econômicas

ro... aconteceu quase ao mesmo tempo. No Egito havia indicações de uma mobilização social e política e o ímpeto na sociedade vinha crescendo há cinco ou seis anos. A curto prazo, o que detonou os protestos provavelmente foi o fato de que o regime abriu algum espaço para a sociedade civil e grupos políticos se organizarem, mas de forma limitada, e para a mídia se expressar livremente. E, em novembro, de repente, o regime decidiu que a situação demandava total controle devido às eleições parlamentares, que seriam uma preparação para que a sucessão do presidente [Hosni Mubarak] por seu filho ocorresse de forma ordenada. Então as eleições foram menos livres e justas do que quaisquer outras que ocorreram em anos anteriores. Houve uma abertura e, de repente, eles fecharam o sistema, pensando que poderiam abrir e fechar como quisessem, que estavam com o controle da situação. Para a população, as eleições sinalizaram que não havia esperança de que a reforma viesse por meio de um processo gradual de abertura a partir do topo. Na Tunísia foi muito menos previsível, porque por muito tempo o regime manteve uma vigilância da população muito mais forte do que no Egito. Em segundo lugar, não havia forças políticas organizadas. Não há muitas forças políticas organizadas no Egito, mas há ainda menos na Tunísia, apenas uma elite de ex-comunistas, socialistas e liberais com uma forte polarização entre os laicos e aqueles que promovem um modelo islâmico de sociedade. Penso que os fatores que levaram aos protestos foram o nível de corrupção no sistema político e o fato de que o regime se enfraquecia, porque dependia inteiramente de forças de segurança para manter o controle, não

lidava com temas políticos por vias políticas. A situação era a mesma no Egito, mas na Tunísia o presidente era muito mais fraco, sua família estava ocupada em ganhar dinheiro e organizar seus negócios privados, e se tornou completamente insensível ao que vinha da população. A economia funcionava, havia crescimento, mas isso não beneficiava a população. O estopim veio de uma das regiões mais pobres do país, por parte do camelô que incendiou o próprio corpo.

O que há de diferente do passado? A situação se perpetuou por anos, mas de repente as pessoas reagiram. Quão importantes são as mídias sociais para detonar esse movimento? Elas apenas conectam, ou de repente as pessoas têm a sensação de que não estão mais sozinhas?

Definitivamente isso teve um papel importante. Os sistemas autoritários tendem a dividir o espaço público e prevenir a comunicação horizontal e as conexões entre as pessoas. Na Tunísia não havia imprensa livre, não havia meio de conectar as pessoas. No Egito havia alguma liberdade de imprensa e as pessoas estavam tornando públicas suas preocupações e frustrações. A imprensa estava expondo o comportamento do governo, mostrando a corrupção, o tratamento de prisioneiros e das pessoas nas delegacias de polícia, todo o aparato repressivo do sistema político. Tudo isso apareceu por meio da mídia tradicional e das mídias sociais no Egito, e exclusivamente por meio da internet e das mídias sociais na Tunísia. Porque não há forças políticas organizadas, definitivamente as mídias sociais foram um substituto para organizar as pessoas fora de um ambiente institucional.

A senhora também apontou que as informações vazadas pelo Wikileaks no ano passado tiveram impacto. Por quê?

Sim, acredito que tiveram impacto muito importante, simplesmente porque era a imagem de fora projetada de volta para as pessoas. Foi a visão de como seus próprios líderes eram vistos por quem estava fora e acho que isso teve um efeito devastador. Diplomatas estrangeiros dizendo ‘essas são máfias, são grupos políticos predatórios que estão no governo e que estão simplesmente exaurindo os recursos do país’... formou-se uma imagem de líderes políticos completamente desacreditados.

Parece que a comunidade internacional tem um importante papel, embora as pessoas nesses países rejeitem interferência ou modelos externos.

Acho que a sensibilidade quanto a modelos ocidentais não existe no momento. Há muita sensibilidade em relação à interferência estrangeira em assuntos domésticos, isso é verdade e sempre será. As pessoas observam com muito cuidado para ver se os EUA ou a Europa tentam fazer contato com algum grupo em particular para promover suas próprias agendas. Mas, quanto ao Ocidente oferecer modelos de organização política, não há sensibilidade quanto a isso, o que há é uma certa avidez em obter inspiração de tais modelos, de adotar as coisas boas e não as más, mas com certeza em aprender com esses modelos. Porque há países no Sul que também desenvolveram sistemas democráticos, há um sentimento de proximidade e semelhança com esses países.

O momento é uma oportunidade para forjar um modelo único de organização política e reforma econômica, algo que seja verdadeiramente do Oriente Médio?

Sim, mas eu diria que isso não é dito consciente ou explicitamente no momento. Você só sabe que desenvolveu seu próprio modelo quando desenvolveu seu próprio modelo. E é difícil fazê-lo. As pessoas agora estão se esforçando para lidar com os desafios mais imediatos – como recomeçar um processo político do começo. Quando o Exército intervém, o que se está dizendo é que há uma falência do sistema político, basicamente se está fazendo uma *tabula rasa*, que é o que as pessoas queriam, o que essa revolução estava pedindo. Mas *tabula rasa* é também uma grande fonte de ansiedade – como você reinicia o sistema, qual é o primeiro ato legítimo, e quem são as primeiras pessoas legítimas que podem desenvolver um processo legítimo? Não há nesse momento o pensamento consciente de que vão desenvolver seu próprio sistema, o que acho que estão tentando fazer é aprender com o que puderem. Eles têm suas próprias ideias, sua própria cultura, suas experiências pessoais como indivíduos, mas a carga é tão pesada que acho que estão tentando se beneficiar ao máximo de trocas com outros países, ao mesmo tempo que se mantêm atentos às demandas vindas da sociedade. O fato de que as ruas na Tunísia ou no Egito estão impondo mudanças no topo indica que no momento não há estrutura política ou partidos legítimos e, portanto, as ruas continuam sendo a maior fonte de legitimidade. Se isso vai se transformar em uma democracia aberta, participativa, é o que vamos ver durante o próximo ano.

No Egito, em particular, o Exército teve um papel essencial para mudar o estado de coisas. O que devemos esperar do Exército daqui para a frente? É provável que os militares aceitem reformas democráticas?

A intenção é possivelmente democrática no sentido de que o Exército não busca controlar o poder diretamente e preferiria devolvê-lo aos civis. Os militares sentem que não têm experiência e que seu envolvimento em assuntos políticos criaria tensões dentro de suas próprias fileiras. Por uma série de razões, o Exército gosta de ver civis no controle de assuntos civis e políticos. Agora, há duas ressalvas muito importantes. Uma é que o Exército vai tentar preservar seus interesses econômicos no sistema, pois tem suas próprias empresas, indústrias e corporações. Outra é sua enorme presença dentro do aparato político – os governadores de todas as regiões do Egito são ex-militares, a maioria dos chefes de gabinete e ministros também. Houve uma profunda militarização do Estado, apesar do governo civil, o que significa obviamente que os militares controlavam boa parte do sistema. Como vimos, no momento em que a liderança política falhou em manter o país estável, eles agiram imediatamente e foram capazes de controlar a situação. Resta saber se o Exército vai abrir mão de seus privilégios econômicos e da militarização das instituições estatais, e como vão negociar isso. Outro aspecto que limita a democratização das forças militares é que sua própria cultura é de disciplina, de eficiência, e não de discussão e de debate aberto, participação, compromisso. Não é isso que eles sabem. Quando há demonstração ou greve porque as pessoas estão infelizes, eles consideram isso o caos, uma instabilidade que deve

ser controlada. Não concebem que isso é parte natural da vida política e que as pessoas terão representantes legítimos, e que isso precisa ser organizado.

É possível imaginar uma democracia no mundo árabe sem religião? É interessante ver a posição do Irã – as autoridades apoiam os protestos em outros países e, ao mesmo tempo, reprimem a oposição em seu próprio país. Iranianos expatriados parecem desencantados e dizem que as revoluções seguirão o rumo do Irã, que embarcou em uma teocracia. Qual a sua opinião?

O islamismo terá forte presença na vida pública porque essa é a cultura do povo, no Egito mais do que na Tunísia. É muito difícil dizer às pessoas que o secularismo é o que deve prevalecer na esfera pública. Não se pode separar o privado, as crenças das pessoas, do dia a dia e práticas das pessoas. A religião vai estar presente. Agora, como vai ser representada e por quem, é uma grande área para discussão. Duvido muito que o Irã será um modelo a ser replicado no mundo árabe. Há muita consciência do risco de ver a democracia confiscada por qualquer grupo, se não serão os militares, também não serão os islâmicos. As pessoas querem liberdades e querem ver grupos políticos que tenham respostas concretas para problemas concretos. Os grupos islâmicos tiveram uma situação privilegiada sob o regime autoritário porque foram capazes de expressar-se por meio de redes religiosas e mesquitas. Não eram responsabilizados por nada porque não tinham responsabilidades, estavam em uma posição confortável de criticar o governo pela corrupção, o comportamento anti-islâmico, mas não tinham responsabilidades. No momento em que forem responsabilizados pelo que falam, em que publicarem uma agenda política e disserem que querem implementá-la, eles terão duas dificuldades. Uma, estarão divididos, já estão divididos. Já sabemos que no Egito haverá mais do que um partido político, pelo menos dois, e há um terceiro emergindo. E a segunda dificuldade é que eles terão de responder a problemas concretos, mas eles discordam e não estão prontos para enfrentar esses assuntos de maneira coerente. Estão entrando em um espaço em que haverá competição – e eles nunca tiveram competição antes –, competição entre eles mesmos e com partidos de esquerda, liberais, e outras forças.

O que esperar em termos de mudanças para as mulheres? Falamos em dignidade, participação, mas há um contingente de mulheres longe disso tudo.

Há dois desafios para as mulheres, um de natureza social, outro de natureza política. O que vimos é que a mobilização das mulheres como cidadãs ativas durante a revolução teve um papel muito mais efetivo na emancipação das mulheres do que todos os programas destinados às mulheres durante o regime autoritário. O governo encorajava assuntos femininos e a melhoria do *status* das mulheres porque isso não representava um risco para o sistema político. Quanto mais autoritário o regime, mais as forças políticas conservadoras exercem influência. Em um sistema aberto e competitivo, o conservadorismo é desafiado e há uma chance de que, em temas sociais, as forças políticas apresentem suas agendas e façam as mulheres participarem. O desafio social é proteger as mulheres da

violência, assegurar direitos mínimos em casos de divórcio, guarda de crianças, herança etc. Há grandes batalhas a serem travadas nessas searas, um longo caminho à frente. Há também a representação política e a questão de quem vai carregar esses temas nas instituições políticas. A verdade é que as mulheres terão que lutar por seu lugar, porque ninguém vai fazer isso por elas. As pessoas tendem a pensar ‘agora construímos uma democracia e depois a aprofundamos ao envolver as mulheres’, mas não é assim. Obviamente, vai requerer muito aprendizado e conscientização por parte dos homens, não tanto entre as mulheres.

Há um movimento forte de mulheres na região para abraçar a causa?

Sim, é muito articulado e tem uma visão muito boa de aonde quer chegar. O problema é que ainda permanece elitista, embora tenha se expandido de maneiras importantes. A Tunísia é mais ativa na proteção das mulheres do que qualquer outro país árabe, é o mais avançado nessa área. Não é esse o caso no Egito. A verdade é que agora há mulheres fortes, muito ativas, em todo o espectro político, incluindo os partidos islâmicos. Essas mulheres usam véu, dizem que querem ver os valores islâmicos na sociedade, mas ao mesmo tempo elas querem seu lugar no sistema político, garantem que o islamismo não é contrário à participação das mulheres – o que pode ser verdade, dependendo de que aspectos religiosos você

usa –, dizem que você pode ser uma boa mulher islâmica e cidadã ativa ao mesmo tempo. Mesmo mulheres nas esferas mais baixas da sociedade sabem que querem proteção e seus direitos econômicos mínimos. A esfera pública agora precisa promover tais valores por meio dos meios de comunicação de massa, TV etc. Uma fonte de atraso para as mulheres foi que as instituições religiosas eram muito dominantes, com mensagens conservadoras, e o sistema autoritário estava confortável com isso. Agora, com o espaço político aberto, as instituições religiosas vão perder parte de sua influência e as pessoas estarão mais ocupadas com problemas concretos. É disso que trata a política, acho que haverá uma secularização do espaço público na prática e isso vai beneficiar as mulheres.

Falamos até agora do Egito e da Tunísia, mas e a Líbia, onde as coisas estão tomando o caminho oposto [a entrevista foi realizada antes que a comunidade internacional optasse por intervir no conflito na Líbia]? O que deve acontecer lá?

A situação na Líbia parece muito alarmante e negativa, não tenho muita esperança sobre o que pode acontecer nas próximas semanas e meses. Espero que tenhamos uma boa surpresa e a mudança de curso por parte do regime, mas não há indicação disso. A verdade é que o Egito e a Tunísia são países que têm coesão social, no sentido de que a identidade nacional é claramente definida e consentida, há um consenso sobre ela. Em muitos outros países não há consenso e coesão na esfera nacional, portanto o que acontece na Líbia pode de fato ser um dos cenários a ser repetidos em outros países da região. Isso é uma fonte de preocupação por causa da composição fragmentada étnica, cultural e religiosa de muitas sociedades.

A senhora acredita que os protestos e as reformas no Oriente Médio e Norte da África ajudam a inspirar pessoas em outras partes do mundo a agir por mudanças? Recentemente houve protestos na Inglaterra, nos EUA, em Portugal. É o início do levante da multidão?

As revoluções no mundo árabe têm suas razões específicas, mas têm também algumas dimensões comuns com vários países, dimensões de natureza global, principalmente o questionamento do modelo de desenvolvimento econômico. Especialmente em razão da crise que os países ocidentais vem sofrendo nos últimos dois a três anos, tem havido um sério questionamento da validade desse modelo. Quando países árabes dizem ‘queremos ter uma voz na definição das políticas sociais e econômicas’, isso pode muito bem inspirar outras regiões do mundo. Acho que os protestos e movimentos no mundo árabe são inspiradores, porque vêm da região mais autoritária do mundo, o último bastião do autoritarismo. E também porque temos tido – e isso deve soar familiar aos brasileiros – o movimento antiglobalização, ou por uma globalização alternativa, os fóruns sociais e protestos por meio desses fóruns. Acho que isso está ganhando impulso, porque os movimentos sociais nas esferas nacionais estão mostrando que podem de fato mudar o sistema político, mesmo aqueles autoritários e poderosos. Esta é a mensagem que vem do Oriente Médio, um misto de movimento na esfera global e da habilidade de organização na esfera nacional para mudar os sistemas políticos. 

As revoluções no mundo árabe têm dimensão global, como o questionamento do modelo de desenvolvimento econômico

Toda manhã, a água manda
um recado para você.

Acorde.



água
BRASIL

Um conjunto de iniciativas de conservação
das águas brasileiras e um convite
para você abraçar essa causa.

Saiba mais sobre o Água Brasil no bb.com.br/aguabrazil.

BANCO DOS BRASILEIROS



todo seu



Aprender a CONVERSAR

No Brasil, a democracia participativa ainda tem muito que evoluir, em termos de qualidade e alcance. Uma série de experiências, dentro e fora da política, ensina a arte do diálogo e da convergência

POR CAROLINA DERIVI ARTE CORPORAL BETO FRANÇA FOTOS GALÁPAGOS

A plenária está lotada. Centenas de pessoas aglomeram-se numa reunião que começou pela manhã e, madrugada alta, ainda não dá sinais de conclusão. A lista de inscrição parece não ter fim, já que mais e mais participantes interrompem o processo com encaminhamentos e questões de ordem. Alguns dormem nas cadeiras, escorados nas paredes, sem poder ir embora, para não se perder o quórum. Cada ponto da matéria tem de ser aprovado por votação, em um jogo previamente orquestrado por grupos de poder, prontos a premiar aliados e retaliar desertores.

Essa poderia ser a descrição de uma quarta-feira no Congresso Nacional, num daqueles raros momentos em que a relevância da votação empurra os trabalhos noite adentro. Mas não. Esse é um mosaico construído por nós a partir das lembranças de Clóvis Henrique Leite de Souza, facilitador profissional de processos participativos, sobre espaços em que a sociedade ganhava o direito de debater e intervir na política. O que há de errado com essa cena?

Enquanto a primeira restringe o envolvimento da população às eleições, a segunda amplia as possibilidades de consulta, deliberação e fiscalização

Na obra *Democratizar a Democracia*, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos explica que **a democracia representativa e a participativa** têm, no fundo, a mesma motivação: o reconhecimento da pluralidade humana. Mas essa pluralidade latente vem-se tornando continuamente mais complexa. Ampla demais, diz a literatura especializada, para se contentar apenas com o voto e o direito à candidatura oficial.

No Brasil, por exemplo, a transição democrática vivida nos anos 1980 criou a ponte entre a atuação política monopolizada pelos sindicatos e um estouro de causas e movimentos os mais variados, como explica o pesquisador do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), José Moroni: “O que a gente tinha até então era a relação capital-trabalho. De um lado os sindicatos e, de outro, o movimento popular representado pelas associações de bairros, que eram interpretados como algo menor. O que se viu depois foi a afirmação de diferentes sujeitos políticos”.

Não é por acaso, portanto, que, de 115 conferências nacionais temáticas realizadas no País entre 1941 e 2010, 74 tenham acontecido só nos últimos oito anos, segundo dados da Secretaria-Geral da Presidência da República. Destas, ao menos um terço corresponde a temas inéditos para a participação institucionalizada, como direitos indígenas, direitos da pessoa idosa, juventude, LGBT.

A moral da nossa historinha de abertura é que, além do conteúdo, a participação política tem a oportunidade de inovar também na forma de diálogo, em lugar de mimetizar velhos processos. Se é verdade que duas cabeças pensam melhor que uma, também é verdade que milhares de cabeças podem dar um nó. E isso abre caminho para confirmar aquilo que Moroni chama de “mitos da democracia participativa”, segundo os quais a população não estaria preparada para decidir, ou, quanto maior a escala, mais moroso e difícil é o processo.

Com tantas aspirações democráticas pululando em diferentes partes do mundo, PÁGINA22 oferece sua contribuição de um jeito particular: aproveitando o ensejo para refletir sobre a qualidade da nossa própria democracia. Ao longo desta reportagem, apresentamos uma série de experiências que buscaram vencer os obstáculos e dar mais fluidez e efetividade à participação. (Mais sobre democracia participativa à página 30)

FORA O PROTOCOLO

“Existem inúmeras boas formas de definir prioridades e nenhuma delas é votação”, diz **Eduardo Rombauer**.



Métodos alternativos à votação permitem incluir, no produto final, as vozes minoritárias. "Isso é inteligência coletiva", diz especialista

consultor que, ao lado de Leite de Souza, moderou oito conferências nacionais entre 2002 e 2009. “Um ponto central é aumentar a interação. Mudar a tradição ‘assembleísta’, em que, numa plenária de 500 pessoas, uma só fala, e o resto escuta”, diz Leite de Souza.

Com os participantes divididos em subgrupos, os facilitadores os encorajam a definir prioridades, em lugar de uma lista extensa de propostas. Transpostas para a plenária geral, as prioridades transformam-se em “ideias-força”, entre as quais cada pessoa pode distribuir uma quantidade definida de pontos, da maneira que desejar. Esse método possibilita enxergar as ideias num gráfico de pontuação, que revela aquelas com maior fator de convergência. O resultado é uma lista enxuta de recomendações prioritárias. Cada uma carrega consigo, no texto final, uma lista de argumentos favoráveis e contrários.

“O cara que discorda fica feliz da vida, porque o argumento contrário dele também aparece lá na prioridade”, lembra Rombauer. “Você inclui o diferente. Pode não ser a hora daquela ideia, mas a inteligência da minoria precisa estar embutida no que a maioria construiu. Isso é inteligência coletiva.”

Isso é também uma resposta para duas problemáticas essenciais aos processos participativos. A primeira diz respeito ao componente pedagógico das metodologias. É imprescindível que as pessoas aprendam a conversar, uma arte finíssima que envolve saber ouvir, colaborar e lidar com a diferença.

Rombauer chegou a protestar contra o caráter deliberativo – que costuma ser o favorito dos atores sociais – da primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, antevendo que a obrigação de deliberar sobre pessoas que nunca tinham conversado antes transformaria o espaço num combate. Foi ao então ministro da Justiça, Tarso Genro, e conseguiu mudar a proposta para uma conferência consultiva. Sem a pressão de decidir, diz o facilitador, a encontro produziu boas propostas e, mais que um evento, inaugurou um processo de diálogo.

A segunda é a negação do temor que se criou, a partir da década de 80, de uma sobrecarga democrática. Na Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 2004, quando o método das ideias-força foi testado pela primeira vez, o resultado foi uma lista de 30 propostas. No ano seguinte, a Conferência Nacional de Igualdade Racial chegou a 1.052 delas.

Segundo levantamento de Leite de Souza, durante os oito anos do governo Lula as conferências produziram mais de 14 mil deliberações. “Esse número é absurdo.

É sinal de que as pessoas não encontraram a convergência”, diz o especialista.

Afunilar tantas agendas em consenso depende também da interação entre os diferentes temas. Se os ativistas da saúde desaprovam a legalização do aborto, por exemplo, e o movimento de mulheres é favorável, como avaliar a porosidade do governo às propostas da sociedade, quando acatar uma direção significa negar a outra?

Interdisciplinaridade é um passo novo para a democracia participativa. E, segundo Pedro Pontual, diretor de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, um passo que não está fora do radar governamental: “Tivemos recentemente uma conferência de saúde ambiental, porque ficou claro que existe uma intersecção das conferências de meio ambiente e saúde. Em Direitos Humanos, também existem quatro outros espaços (crianças, idosos, pessoas com deficiência e LGBT) que vinham caminhando numa dinâmica própria. Estamos tentando repensar essa lógica”.

É um desafio para a sociedade tanto quanto para os quadros de governo, especialmente numa época em que a mudança do clima impõe a necessidade de integração de políticas. Talvez este seja um indicativo da percepção de Rombauer de que a democracia, mais que um modelo de governo, é uma cultura que nós apenas começamos a construir.

São Paulo foi uma das poucas cidades do mundo a constituir um Comitê de Mudanças Climáticas, composto de representantes de governo e da sociedade civil. As dificuldades de colaboração não deixaram de aparecer, segundo Adalberto Maluf, da Fundação Clinton: “Alguns gestores não gostam de compartilhar informação, porque acreditam que significa perder poder. Significa que o processo pode continuar sem ele”. Em se tratando de continuidade das políticas a longo prazo, bem, a ideia é exatamente essa. (Leia mais sobre essa experiência na versão digital desta reportagem em fgv.br/ces/pagina22)

MISSÃO DE PAZ

Quem adentra um espaço de colaboração com gente que pensa diametralmente diferente deve considerar um conselho valioso: comece pelas convergências. Isso significa estabelecer uma base de linguagem comum. “Se eu acredito na reforma agrária e você acredita no latifúndio, e isso está no campo dos valores, a gente não vai chegar a um acordo. É melhor pactuar o que é convergente. Dá para fazer um Plano Safra diferenciado

É também um dos fundadores do Movimento Marina Silva e assina artigo nesta edição à página 47

A disseminação de espaços participativos diz respeito à agenda social. Política macroeconômica e projetos estratégicos estão fora de debate

para latifundiários e pequenos agricultores? Aí a gente começa a caminhar juntos”, ensina Leite de Souza.

Para alguns, isso pode ser o beabá do bom-senso, mas não é o que se vê de mais comum, na política ou fora dela. Tome-se como exemplo a disputa de ruralistas e ambientalistas em torno do Código Florestal. “Nenhum dos lados hoje tem força para enfiar goela abaixo da sociedade uma visão unilateral. Se for no ‘ganha-perde’, tem uma reação do outro lado”, avalia Clayton Ferreira Lino, presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Foi essa habilidade que Lino usou para dirimir um dos conflitos mais frequentes no mundo da conservação: ambientalistas querem manter uma área protegida e as comunidades do entorno acham que o progresso é limitado por ela. Para conseguir manter o Parque Estadual de Jacupiranga, no Vale do Ribeira (SP), Lino procurou o poder público não com os argumentos da conservação e da biodiversidade, mas com uma agenda comum. Lembrou ao prefeito que eliminar o parque significava reduzir substancialmente o ICMS Ecológico, o que acabaria forçando o poder público, no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, a promover demissões.

O processo participativo, que envolveu todas as partes interessadas, demorou dois anos, possivelmente o mesmo tempo que levaria a tentativa de extinguir o parque, sem garantia de sucesso. No começo de 2007, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou uma alteração consensual, que excluiu algumas áreas, agregou outras, e transformou a área num mosaico de unidades de conservação. “As pessoas querem que o município perca o ICMS Ecológico? Não. Querem destruir a natureza? Não. Querem expulsar populações tradicionais? Não. Tinha muito mais acordo que desacordo”, considera Lino.

TEMAS BLINDADOS

O que dizer daquelas áreas de interesse em que sequer há espaço para descobrir convergências? Em matéria de governo, elas são basicamente duas: política macroeconômica e projetos considerados estratégicos. De nada adiantou, como lembra Leite de Souza, que o Comitê da Bacia do São Francisco, o Conselho Nacional do Meio Ambiente e a Conferência Nacional do Meio Ambiente tivessem rechaçado em uníssono o projeto da transposição. (Leia mais na reportagem *Goela Abaixo* à pág. 30).

“Nessa área da economia, quem tem capital sempre

foi considerado o principal agente da discussão. Ele não se sujeita a processos participativos. Liga para o ministro e resolve”, explica Moroni.

O argumento oficial corrente é que certas áreas de governo são essencialmente técnicas e não poderiam ficar vulneráveis às paixões da sociedade. O economista Eduardo Marques, coordenador do Fórum Paulista de Orçamento Participativo, chega a se exaltar quando ouve essa justificativa: “Se o problema fosse esse, vamos combinar que o Executivo não poderia apresentar orçamento e o Legislativo não poderia aprovar. O que tenho visto nas experiências do OP é que, no final de um período, a população sabe mais sobre orçamento que muitos secretários e vereadores”.

Resta ainda a conclusão bastante óbvia de que, se a participação é um valor, capacitar representantes da sociedade civil para debater em pé de igualdade não seria um procedimento do outro mundo. O Orçamento Participativo é um bom indicador dessa barreira. São raríssimos os casos em que a população tem a chance de deliberar sobre a totalidade do orçamento, diz Marques.

Pedro Pontual reconhece a legitimidade da demanda e diz que já se constatam alguns avanços. Para este ano, planeja-se uma reunião dos conselhos nacionais de políticas públicas sobre o Plano Plurianual (PPA). Mas a grande ambição continua sendo instituir a participação no Comitê de Política Monetária (Copom). “Nenhuma novidade. No regime militar esse espaço já contava com representantes dos empresários e dos trabalhadores”, diz Moroni.

CIDADÃO-PIPOCA

Incluir o cidadão não organizado é uma fronteira dos processos participativos. Muitas vezes, os espaços institucionalizados requerem formalidades, como CNPJ, e isso favorece mais o envolvimento de representantes da classe média. Outras vezes, as próprias organizações da sociedade civil resistem à abertura. A primeira experiência de orçamento participativo, em Porto Alegre, nos anos 1990, inovou ao garantir voto a qualquer pessoa interessada. Moroni relata que, nos primeiros dois anos, as organizações sociais chegaram a boicotar, porque entendiam que detinham o monopólio da participação.

Foi pensando nesse desafio que Eduardo Rombauer criou as conferências livres. A experiência, que aumentou de sete a dez vezes o número total de participantes sem elevar os custos, consistia em permitir que qualquer reunião de cidadãos, em qualquer contexto, pudesse



encaminhar propostas para as conferências oficiais. “A gente percebeu que as ideias mais criativas vinham daí. O Estado deixa de determinar o espaço da participação e passa a reconhecer os espaços que a sociedade cria.”

MÃOS À OBRA

Fora do universo duro da política, uma porção de experiências locais pode dar boas lições sobre participação. Aqui destacamos duas. O movimento Transition Towns, que visa enfrentar a mudança do clima e reduzir a dependência de petróleo no nível local, instalou-se há pouco mais de um ano na Granja Viana, em São Paulo.

Nesse período, o movimento conseguiu realizar uma feira de orgânicos mensal para apoiar produtores da região, oficinas de lixo, um mutirão para transferência de domicílio eleitoral dos moradores, entre outras atividades. Tudo com apenas quatro mulheres na coordenação e outros colaboradores que elas chamam de “satélites”.

O segredo, segundo a arquiteta Isabela Menezes e a psicanalista Adriana Trindade, é a diversão. A possibilidade de as pessoas contribuírem com o que gostam de fazer aumenta as chances de sucesso, além de garantir a diversidade de talentos. Outro ponto é que a liderança circular, orgânica, permite que o movimento continue mesmo quando alguns participantes desistem.

O caráter lúdico também é o forte dos projetos Oásis, do Instituto Elos. Thaís Polydoro, gestora do núcleo de realização do Elos, destaca algumas etapas importantes. Por exemplo: envolver lideranças afetivas do local, que não necessariamente são as lideranças políticas. Realizar algum passo concreto em direção ao sonho no intervalo de dois dias (restaurar uma praça, por exemplo), para estimular a continuidade. E, ainda, reservar tempo para celebrar cada realização, uma lição da pedagogia indígena.

O cerne da proposta dos Oásis é transformar a realidade a partir dos recursos locais, materiais e humanos. Um olhar de abundância, não de escassez, que pode ser aplicado mesmo numa tragédia. Foi o que aconteceu em doze comunidades de Santa Catarina, depois do desastre das chuvas em 2010. “O barro que tomava o lugar podia ser usado para fabricar tijolos. O mesmo vale para as árvores que desabaram dos morros. Em apenas um dia, moradores construíram uma ponte com essa madeira, algo que eles esperavam que o poder público fizesse havia seis meses”, lembra Thaís. Vai ver a participação não é tão complicada assim. ■■

NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM, EM FGV.BR/CES/PAGINA22, VOCÊ ENCONTRA DICAS SOBRE COMO SE TORNAR UM FACILITADOR PROFISSIONAL E AINDA OS RELATOS SOBRE O COMITÊ DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS EM SÃO PAULO

[ARTIGO]

Democracia e meio ambiente

A visão mais complexa da realidade trazida pelas questões globais pede, cada vez mais, processos que sejam participativos

POR RACHEL BIDERMAN *

Existe hoje uma desilusão com as instituições políticas e uma queda nos níveis de confiança nos processos democráticos. Há quem proponha grandes reformas do sistema democrático, como o sociólogo Anthony Giddens. Ele tem defendido a “democratização da democracia” e a descentralização efetiva do poder em todos os níveis: entre as nações, dentro das nações e no nível subnacional.

Evidência dessa necessidade de mudanças, para Giddens, são as pressões, cada vez mais presentes, por reformas constitucionais, a demanda por mais transparência em assuntos políticos, a exigência de participação por meio de grupos e associações, e a promoção de cultura cívica. A seu ver, uma sociedade mais aberta e democrática não pode ser erigida de cima para baixo, mas deve ser construída a partir da base. Para isso, reforça o papel da sociedade civil na restauração da cultura cívica e na democratização da democracia.

Essa leitura de Giddens encaixa-se com a visão que tem embasado a criação de espaços públicos participativos, como comitês e conselhos de políticas públicas, ou a experiência do orçamento participativo, criados no Brasil a partir da década de 1990, após entrada em vigor da Constituição aprovada pós regime militar.

Esses espaços, que preveem a gestão dos desafios ambientais e sociais, são resultado da descentralização da gestão pública e sua eficácia depende do maior empoderamento da sociedade civil. Nessas iniciativas, a sociedade é convidada a participar da formulação de políticas e de sua implementação, com poder de deliberação (decisão) ou apenas de formular recomendações ao governo (poder consultivo).

Archon Fung, professor da Harvard Kennedy School, estuda iniciativas participativas, das quais reconhece como mérito a capacidade de antecipar preocupações centrais das visões em disputa, de promover educação para



participação política, de construir uma visão de solidariedade social e, ainda, de formular críticas e controle público sobre ações de governo. Para ele, esses espaços permitem o aprimoramento da qualidade da participação e da deliberação em áreas significativas da vida pública.

Na prática, a promoção de participação pública em políticas de governo tornou-se um fenômeno comum em diferentes partes do mundo, estimulada principalmente pelos desafios na área ambiental. Exemplo disso é a previsão da participação pública em inúmeras normas, como a Convenção sobre Mudança do Clima, a Declaração do Rio de 1992, a Convenção de Aarhus sobre Acesso à Informação, a Participação Pública na Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matérias Ambientais (de 1998), a Diretiva Europeia 2003/4/CE e a Lei Brasileira de Acesso à Informação Ambiental.

Os estudiosos da gestão de recursos naturais têm defendido que a participação pública possibilita maior compromisso e implementação das normas. Formuladores de políticas públicas passaram a considerar relevante o papel da comunidade no uso e conservação de recursos naturais. Entre os princípios de desenho de Common Pool Resource Management (CPRM), ou

Gerenciamento dos Recursos Comuns, listados pela ganhadora do Prêmio Nobel Elinor Ostrom, consta a participação pública como fator fundamental.

Outro exemplo é a Global Water Partnership (Parceria Global pela Água), que prevê participação como princípio da gestão integrada dos recursos hídricos. Os fóruns da Agenda 21 tornaram-se comuns após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente de 1992 e representam espaços desse tipo.

Para Pedro Roberto Jacobi, professor da USP que coordena pesquisas sobre democracia participativa no Brasil e tem como um dos focos de seus estudos a questão da água, a gestão participativa nas bacias hidrográficas facilita as interações de forma mais transparente e permeável entre os diferentes atores envolvidos (governo, empresas, usuários), o que limita as chances de abuso de poder. Ele salienta que esse tipo de gestão colegiada permite uma negociação de caráter social e técnico, em substituição à concepção

tecnocrática ↴

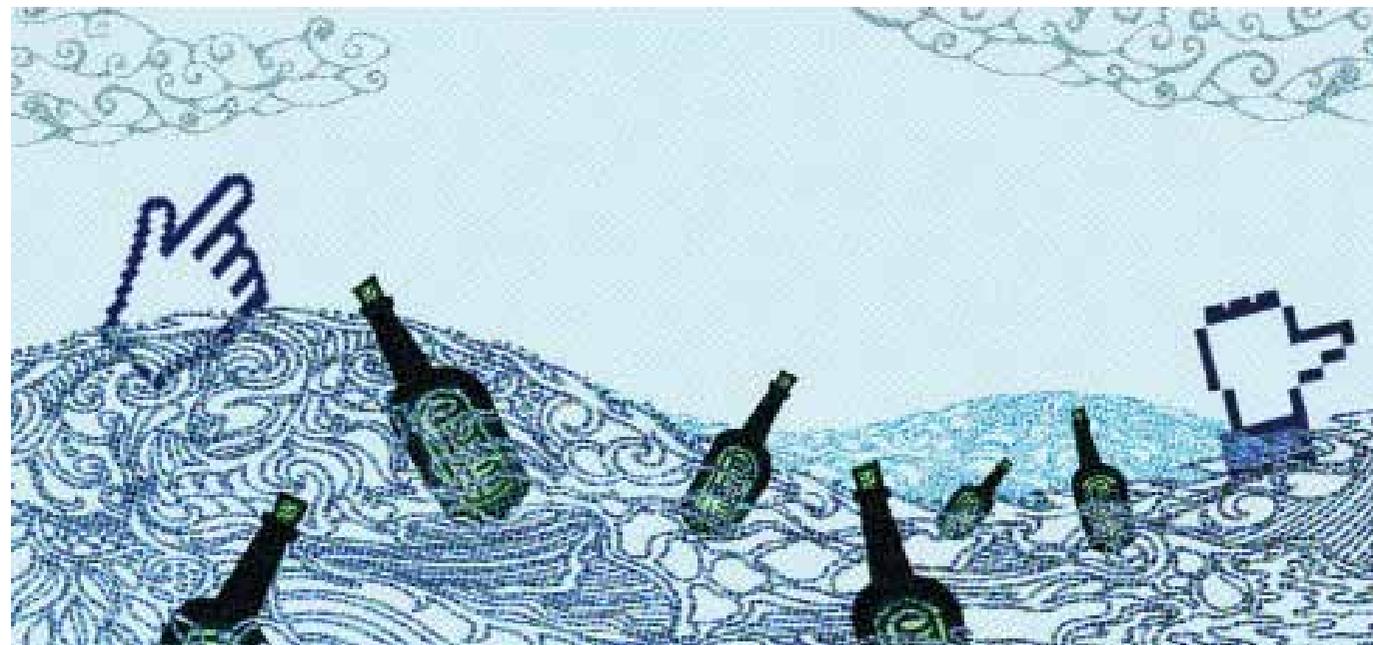
No âmbito do Executivo, existem os conselhos de meio ambiente, cuja composição costuma integrar representantes de entidades ambientalistas, dos trabalhadores, do setor produtivo, de universidades, entre outros. Alguns desses conselhos têm função de regulamentar leis, outros orientam ações do Executivo. Alguns têm poder deliberativo, no que tange ao licenciamento ambiental. Outros exercem papel figurativo. Há também conselhos extremamente ativos, verdadeiras instâncias de negociação social.

As sociedades são hoje mais complexas. Nesse contexto, os processos de participação pública tornam-se uma realidade aparentemente adequada para lidar com situações que envolvem múltiplos atores e interesses. [22]

* COORDENADORA ADJUNTA DO GVCES E AUTORA DE TESE DE DOUTORADO SOBRE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, PELA FGV-EAESP

[CRÔNICA]

Leia aqui e **participe!** Vote, dê a sua opinião, monte seu prato, o apartamento, o carro, seu namorado **POR EDUARDO SHOR***



Talvez a gente fosse mais feliz na época em que o principal veículo de comunicação do planeta, a TV, apenas invadia a nossa casa. E ainda havia gente que reclamava. Hoje, não basta invadir. Para usar um jargão do meio, é preciso “criar interatividade”, aliando televisão a outras mídias. A moda agora é participar, curtiu? Acesse o Twitter, o Facebook, o Orkut. Envie um e-mail, um scrap, uma mensagem de até 140 caracteres. Ligue já. Venha logo. Clique aqui. Manda ver. Vote, dê a sua opinião, monte seu prato, o apartamento, o carro, seu namorado.

Monte seu namorado. Um namorado que gosta de assistir ao futebol quando você quer que ele te acompanhe no shopping? Sim. Não. É o aplicativo do amor no iPad, no iPhone. Baixe aqui. Um namorado por controle remoto? Tela plana? Sim. Não. Tecle CTRL + T para ouvir eu te amo. Tecle CTRL + S para ouvir sim, querida. Tecle CTRL + O para orgasmo. Um namorado que goste de dar carinho quando você mais precisa, deixe em casa de carro e pague a conta do restaurante. Não pague. Divida. Sim. Não. Talvez. Um namorado em 3D. Para escolher Fábio, 0800 123. Para Raimundo, 0800

456. Se preferir Fernanda, 0800 789.

Não vale continuar sozinha. Saia do seu canto. Venha com a gente. Fique ligada no seu namorado ou namorada, vinte e quatro horas. Ou acompanhe a massa. O bloco de carnaval, o trio elétrico. Energia. Fique ligada, por toda parte, o ano inteiro. Tudo começou com um escreva e concorra a uma geladeira. Ou não foi? Começou com sorria, você está sendo filmado. Ou não foi? Quem acha que foi o primeiro bate palmas. Quem acha que foi o segundo levanta a mão. Curtiu? Envie a um amigo. Se enviar a cinco, algo de muito bom acontecerá na sua vida. A quinze, vai receber uma ótima notícia em meia hora. A vinte, o bilhete premiado da loteria aparecerá na sua frente. Se não enviar a ninguém, será excluído do Twitter do Obama.

Milhões de pessoas eliminam um candidato do *Big Brother Brasil*, apontam quem será a próxima mulher a posar na capa da *Playboy*. Enquanto isso, não foi ninguém à reunião de condomínio do prédio. É hora de dar uma espiadinha na casa mais famosa do País, quando o porteiro do meu edifício não está na portaria, a fachada está caindo aos pedaços, o interfone é o único meio de comunicação que não funciona, em todo o

universo (ganha a companhia do celular, em diversas oportunidades).

Ainda bem que o *broadcast* é feito principalmente via TV, seguida cada vez mais pela internet. Imagine se a comunicação de massa fosse realizada via vaso sanitário. Já teria aterrado mil vezes o Rio Tietê. Banheiros *wireless* no país anunciariam: atenção para o pronunciamento do excelentíssimo deputado Fulano de Tal, considerado culpado no processo de desvio de verba e lavagem de dinheiro, diretamente de Brasília. Após o pronunciamento, favor dar a descarga. Faxine aqui. Limpe já. Conecte-se em nossa rede de saneamento básico. Curtiu? Compartilhe.

O vaso sanitário parou de enviar mensagens. É problema do vaso ou do usuário? Senhor, o senhor já tentou desentupir? O senhor já tentou ligar na tomada? O senhor já tentou comer mamão? logurte? Vegetais? Pão de sete grãos? Doze? Reinicie o vaso sanitário. O seu sistema digestivo. Nunca se viu tanta informação sem tratamento sendo despejada no mar. Participe! [22]

* JORNALISTA

GOELA abaixo

Na letra da lei e nos discursos políticos, a participação popular é bem-vinda. Na prática, em muitos casos, estamos falando com as paredes

POR FÁBIO RODRIGUES FOTO GALÁPAGOS

“O Lula pegou no meu braço e disse: ‘Não vamos empurrar esse projeto goela abaixo de ninguém’, lembra dom Erwin Kräutler, bispo do Xingu. Esse gesto tranquilizador aconteceu em março de 2009 durante um encontro entre o religioso e o (então) presidente da República para falar sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Dom Erwin saiu de Brasília com uma promessa solene de Lula de que uma nova audiência seria marcada para que eles conversassem mais sobre os (muitos) receios da comunidade local. “Infelizmente, esse diálogo nunca aconteceu”, lamenta o austríaco, que chegou como missionário ao Xingu em 1965 e nunca mais saiu de lá.

No fim das contas, tudo indica que Belo Monte vai – sim, senhor! – ser empurrada goela abaixo de todo mundo. A pressão para que a usina saia do papel tem sido tão intensa que em janeiro o então presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Abelardo Bayma Azevedo, pediu demissão depois de apenas dez meses no cargo.

Embora beire o anedótico, a conversa entre d. Erwin Kräutler e o ex-presidente está recheada de simbolismo. Simpatize-se ou não com Lula, deve-se reconhecer que ele possui uma certa imagem de integridade. É o que torna o caso chocante. Ou Lula contou

uma mentira deslavada na cara de um piedoso homem de Deus, ou não podia fazer nada para ajudar. Não sabemos a versão correta. Mesmo assim, é difícil imaginar uma ilustração mais bem-acabada das dificuldades que a sociedade sente ao tentar fazer sua opinião ser ouvida.

Um exemplo. Ganha um doce quem já souber que o Ministério do Planejamento tem até o dia 31 de agosto para encaminhar o texto final da edição 2012-2015 do **Plano Plurianual (PPA)** para o Congresso Nacional. Quem não estiver sabendo de nada não precisa se sentir mal, a verdade é que o processo de elaboração do novo PPA tem sido pouquíssimo divulgado.

Comparando o atual PPA ao primeiro da Era Lula (2004-2007), em março de 2003 o processo de elaboração do plano já tinha sido apresentado à imprensa nacional – a coletiva oficial ocorreu em 9 de março daquele ano – e ganhado um site (www.planobrasil.gov.br), por onde o cidadão podia se informar e enviar sugestões. Muito diferente do silêncio embaraçoso de agora. É sintomático que, no final de março, o PPA 2012-2015 ainda não tinha sequer seção própria no website do ministério (www.planejamento.gov.br).

Durante duas semanas, esta reportagem insistiu com a assessoria de comunicação do Ministério do Planejamento, na tentativa de conseguir uma entrevista com os responsáveis pelo PPA. O ministério manifestou-se

■ O PPA é a ferramenta mais importante de planejamento estratégico do governo. Embora as obras de infraestrutura que envolvam energia ou estradas sejam seu aspecto mais visível, também entram nele programas de preservação de bens culturais imateriais do Ministério da Cultura. Vai do segundo ano de um mandato presidencial até o final do primeiro ano do mandato seguinte

"Não lembro de nenhuma campanha que convidasse o cidadão a participar dos debates do PAC", diz consultora

■ Lançado em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento centraliza investimentos em infraestrutura. Apesar dos objetivos convergentes, PAC e PPA são coisas distintas

■ Geralmente realizadas no contexto do Licenciamento Ambiental de grandes obras, as audiências públicas permitem que qualquer cidadão faça perguntas e apresente sugestões sobre o tema em debate

por escrito quando esta revista já estava fechada. Acesse as respostas na versão digital desta reportagem em www.fgv.br/ces/pagina22.

MICRO VERSUS MACRO

"Os canais de discussão são pouco divulgados", critica a socióloga e urbanista Nereide Mazzucchelli, que, à frente da consultoria paulistana Territória, ganha a vida ajudando organizações públicas e privadas em projetos de responsabilidade social. "Se pensarmos nas obras do PAC", quando foi que pudemos participar dos debates? Não me lembro de nenhuma campanha que convidasse o cidadão a participar da escolha dessas obras", prossegue.

Para a consultora, o maior problema é que a sociedade civil não é convidada a ajudar na escolha dos modelos em que as decisões são tomadas pra valer. É tão somente na hora de o modelo tomar a forma de uma obra qualquer é que se abre uma janela para a participação popular. "Sobram as audiências públicas onde vou discutir um projeto que já está praticamente todo decidido", completa Nereide.

Deve ser por isso que tais audiências acabam ficando com um jeito danado de exercício de psicodrama. Evidente que elas são essenciais para dar vez e voz à população interessada numa determinada obra ou projeto, mas a ferramenta tem limites. Segundo o coordenador de licenciamento do Ibama, Thomaz de Toledo, é comum ver conflitos ideológicos desaguar nas audiências. "Tem gente que aparece querendo questionar toda a matriz energética brasileira. Só que o objeto da audiência são os impactos de uma obra em particular", explica o técnico.

Embora simpatize com o que qualifica como "manifestações válidas" dos cidadãos, Toledo ressalta que embaralhar as estações pode ter um efeito nocivo. "Perdemos oportunidade de falar sobre o projeto específico", alerta.

Na prática, significa que levar certas questões para as audiências equivale a tentar redecorar uma casa em chamas. Esse é o sentimento do coordenador do Programa de Mudanças Climáticas do WWF-Brasil, Carlos Rittl. "É pouco efetivo discutir os projetos individualmente. Você consegue impor uma condicionante aqui e ali, mas não mudar o empreendimento", reclama. "O que precisamos é



de um olhar macro sobre as necessidades do País", protesta.

A ideia é parar de tentar mudar o Brasil no varejo e partir para o atacado. Para que gastar energia tentando conseguir mudanças mínimas se podemos, por exemplo, optar por mais investimentos em eficiência energética e fontes eólicas? Ricardo Montagner, da coordenação do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), informa que essa organização – famosa pela postura combativa – ainda tentando agir nesse sentido. "Estamos trabalhando em uma plataforma energética que veja a energia como direito e não como mercadoria", explica, acrescentando que, em meados de março, representantes do MAB começaram a circular por órgãos governamentais com cópias do plano debaixo do braço.

GRANDES OBRAS

A guerra só será vencida se chegarmos ao andar de cima, mas tem uma porção de batalhas no térreo que não devem ser menosprezadas e não estão nada fáceis de ganhar.

Sobram acusações a respeito da postura que o governo tem adotado sempre que seus projetos estratégicos são contrariados. "Onde tem resistência de grupos organizados você até consegue alguma compensação, mas

sobre as obras do PAC não tem diálogo possível. Eles vão executar e pronto", resume o assessor da Pastoral da Terra, Roberto Malvezzi, caracterizando a postura como "autoritária e contrária aos direitos coletivos dos povos locais".

O coordenador de políticas públicas do Greenpeace, Nilo D'Avila, não tem dúvidas de que anda faltando tato e bota a culpa no que ele chama de uma "postura cartorial em relação ao processo de licenciamento". "Virou tudo cartório, eles (o governo) não querem fazer consulta nenhuma, querem só mais um carimbo para conseguir a licença ambiental e começar a construir", ataca, ironizando que, na falta do carimbo, "eles até inventam figuras jurídicas novas como a **licença fracionada**".

Fica ainda mais difícil confiar na boa vontade governamental, quando se tomam decisões impopulares sem o menor aviso. O caso mais recente é o pacote de decretos acertado entre as pastas da Casa Civil, dos Transportes e do Meio Ambiente, que dispensaria obras de duplicação, melhorias e manutenção de estradas e ferrovias já construídas, com grande impacto em termos de desmatamento, já que são indutoras de ocupação. O pacote estende-se a outros itens, como portos, hidrovias, linhas de transmissão e exploração de petróleo.

A esta altura, Belo Monte tornou-se um caso emblemático de como a oposição entre governo e sociedade civil pode ficar encarniçada. O projeto prevê três barragens no Rio Xingu que, juntas, podem gerar até 11,2 mil megawatts, o que faz dela a terceira maior usina do planeta – atrás da binacional Brasil-Paraguai Itaipu e da chinesa Três Gargantas. Oficialmente, a obra custará R\$ 19 bilhões, mas há quem diga que ela não sai por menos de R\$ 30 bilhões e também que, durante a estiagem, a capacidade de geração deve despencar para 40% da capacidade total.

Dom Erwin Kräutler pinta o caso com cores fortes. O lago da barragem deve desalojar 30 mil pessoas, que até agora não sabem bem para onde serão levadas. "Não estamos falando de 30 famílias, mas de dezenas de milhares de pessoas que moram aqui há três ou quatro gerações e têm rosto e nome... para qual futuro estão indo?", preocupa-se. Em seu relato, as audiências públicas em Altamira – município que deve ficar cercado pelo lago da usina – não passaram de um rito. "O governo federal não estava a fim de discutir nada, só queriam colocar a população a par do que tinha sido decidido", diz, consternado. (*mais na seção Retrato à pág. 36*)

Antes que alguém imagine que ele possa estar exagerando na dose, Ricardo Montagner aponta que durante quatro anos o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) investigou denúncias sobre violações de direitos humanos apresentadas pelo MAB. A conclusão foi a de que "o padrão vigente de

implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente graves violações de direitos humanos".

SEM DISCUSSÃO

Não é a primeira vez – nem a primeira obra – que o governo é acusado de chegar às audiências públicas sem disposição para escutar. Roberto Malvezzi vem acompanhando outro imbróglio famoso há anos: a transposição do Rio São Francisco. "O governo chegou com a decisão de fazer a obra já tomada e toda a conversa teria de ser *a posteriori*. Nunca perguntaram para a população se ela concordava ou se queria alguma outra coisa", relata.

Rittl, do WWF, considera que audiências são importantes, mas "têm-se mostrado pouco efetivas", por não terem caráter deliberativo. "A prioridade desses empreendimentos é sempre o próprio empreendimento; em contrapartida, atender as condicionantes socioambientais e cumprir as promessas de mitigação não são", reclama.

Evidentemente, a análise do Ibama é menos sombria. Toledo garante que é possível conseguir modificações importantes nas audiências e aponta o caso da Hidrelétrica de Teles Pires, em Mato Grosso, no qual uma série de compensações e demandas objetivas foi incorporada. Mas reconhece que a Resolução Conama Nº 9 – que regulamenta as audiências – é de 1987 e, portanto, há espaço para melhoria. "Grande parte do tempo das audiências é gasta com esclarecimentos de pontos que poderiam ser antecipados por outros meios", esclarece, indicando que, não fosse por isso, sobraria mais tempo para o que interessa.

E nem toda a culpa deve ser debitada na conta do governo. Nereide ressalta que "nem sempre levamos a participação a sério" e que a cidadania plena exige que o cidadão comum assuma responsabilidades. "A participação é uma coisa recente, e o responsável por essa educação é o ente público. Ele tem obrigação de trazer a população para esse processo", comenta. O conselho exala bom-senso, especialmente quando se lembra que esses projetos são bancados pelo cofre da viúva – dinheiro de nossos impostos. "Quando começaram a construir a usina de Jirau, todo mundo avisou que seria impossível fazer com o orçamento previsto. O preço já está em 50% a mais e estamos falando de uma obra de R\$ 9 bilhões", pontua Nilo D'Avila, do Greenpeace.

Isso sem mencionar a onda de protestos – alguns bastante violentos – que estourou entre os trabalhadores de Jirau em 16 de março e se espalhavam pelos canteiros de obras da usina de Pecém, no Ceará, e da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Os operários reclamam de condições abusivas de trabalho e baixos salários.

É importante que a gente resolva essa questão porque, como vimos, reclamar para o bispo não vai resolver. E não é por falta de empenho do bispo. ■■

■ Diz-se que uma licença ambiental foi fracionada quando cada etapa do projeto é licenciada individualmente. Assim, etapas preliminares, como canteiros e infraestrutura de construção, podem ser iniciadas antes de todas as condicionantes serem cumpridas

Gente do rio

FOTOS CHRISTIAN KNEPPER TEXTO CHRISTIANE PERES, DE ALTAMIRA

Às margens do Rio Xingu, no Pará, fica Altamira, uma cidade de 100 anos e pouco mais de 100 mil habitantes que está prestes a dobrar de população com a chegada de trabalhadores para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

A obra é uma das maiores e mais questionadas do Programa de Aceleração do Crescimento. Tem 36 anos de estudos, mas foi no governo Lula, na urgência pré-eleitoral que levou Dilma Rousseff ao poder, que Belo Monte foi leiloada. As audiências públicas necessárias para esclarecimento da população foram insuficientes, os estudos da obra ainda não medem os impactos que serão causados pela usina e, para muitos, o processo de licenciamento passou por cima dos direitos das comunidades que serão afetadas pelo empreendimento.

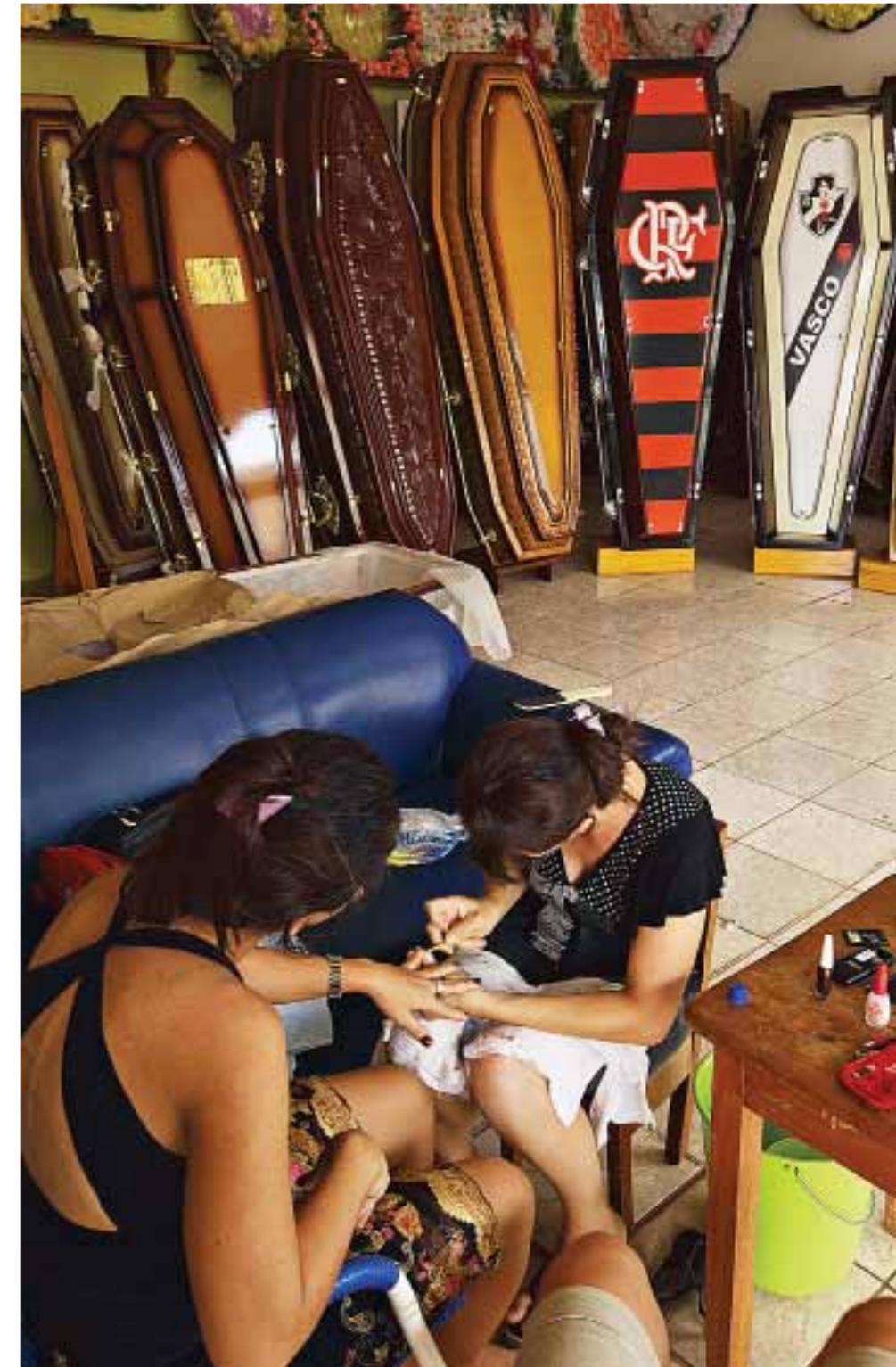
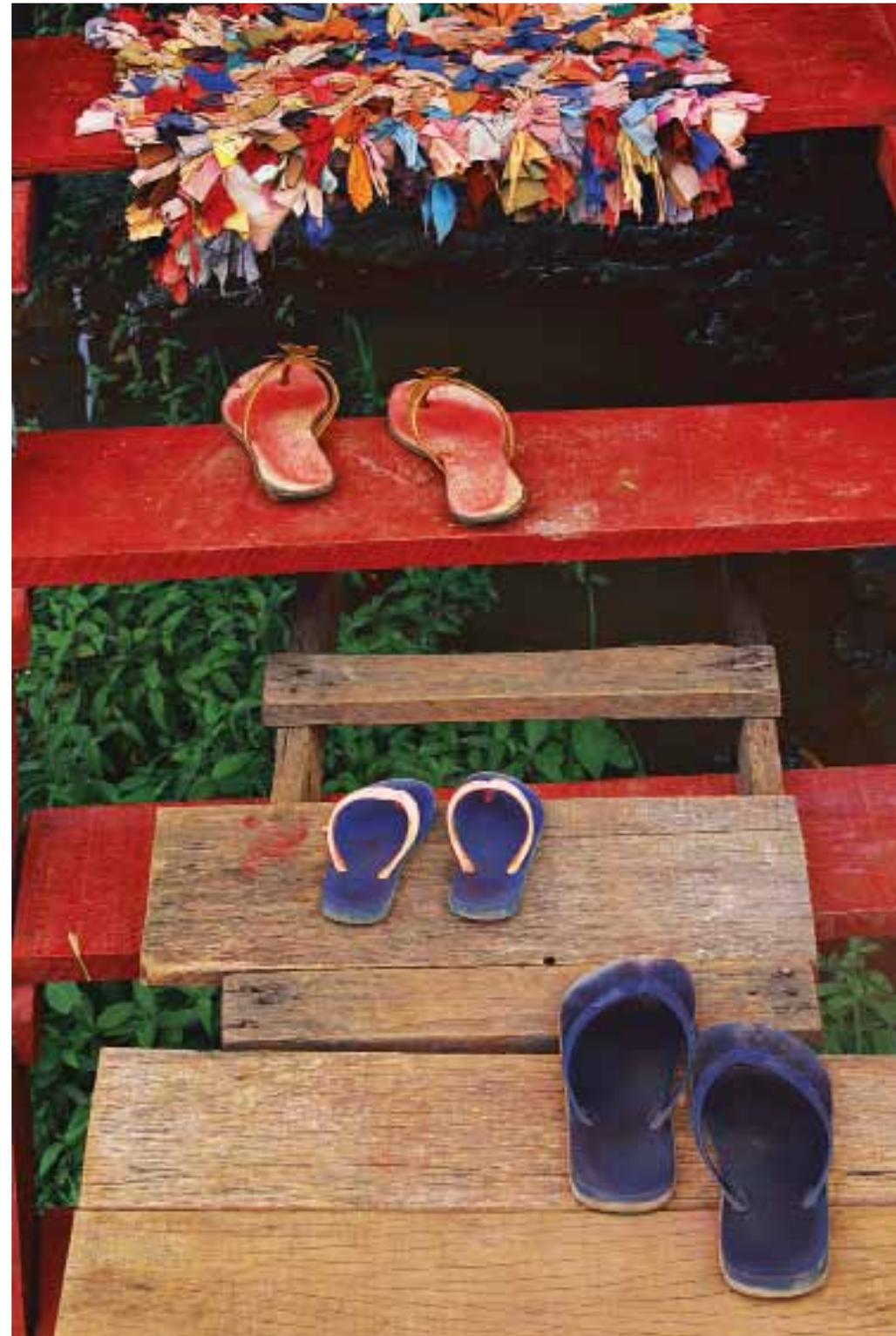
“O governo tem desrespeitado a Constituição Federal, a legislação ambiental, os acordos internacionais e os pareceres técnicos de seus órgãos. Tudo para fazer Belo Monte a qualquer custo”, afirma Antonia Melo, coordenadora do movimento Xingu Vivo Para Sempre, uma das tantas vozes contrárias à construção da usina.

No quilômetro 45 da Transamazônica, no Travessão da Cobra Choca, 960 agricultores familiares vivem as incertezas da megausina. Energia elétrica não há e o asfalto ficou a quilômetros de distância, ainda próximo de Altamira. De longe, essas famílias parecem esquecidas e miseráveis. Mas basta chegar perto para ver que, ali, as necessidades são outras.

“A gente não quer luxo. Apenas manter nosso jeito de viver. Em vez de fazer desenvolvimento desse jeito, passando por cima da gente, eles deviam fazer escola, posto de saúde. Desenvolvimento começa por aí, não por essa hidrelétrica”, diz Ana Alice Plens Santos, moradora da comunidade que terá seus 104 hectares inundados pelo lago formado pela usina.

Assim como ela, calcula-se que mais de 30 mil pessoas serão afetadas pela obra. Nas fotos de Christian Knepper, o retrato de um modo de vida que está prestes a mudar, sem a garantia de indenizações, direitos, ou mesmo voz. [zzz](#)





Por um pouco de LUZ

POR FLAVIO GUT

Em matéria de acesso à informação pública, o Brasil está na lanterna até mesmo na

formação

informação

América Latina. Enquanto isso, pipocam na web iniciativas em prol da transparência

Quando a primeira lei de acesso a informações públicas foi promulgada na Suécia em 1766, o Brasil era um vice-reinado de Portugal, com 1,5 milhão de habitantes, governado por Vasco de Mascarenhas, o Conde de Óbidos. Passados 245 anos, o Brasil democrático da presidente Dilma Rousseff vive a era da revolução digital de Wikileaks, Facebook e Twitter ainda sem uma lei que garanta aos 200 milhões de brasileiros esse direito fundamental.

Trata-se de direito previsto pelo Artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos e também pelo Artigo 5º da Constituição Brasileira, mas não regulamentado. Mas, enquanto a Lei de Acesso à Informação [1] tramita pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, sem qualquer previsão de votação, setores mais plugados da sociedade criam alternativas que, aos poucos, abrem caminhos para que mais brasileiros compreendam o que está acontecendo nas variadas esferas de governo.

Embalados pela revolução digital, a mesma que está contribuindo para a mobilização pela democracia no Oriente Médio e Norte da África, movimentos como Cidade Democrática, Vote na Web, Urbanias, Rede Nossa São Paulo, entre outros, entram em cena criando mecanismos que permitem traduzir e acompanhar os

atos do poder público. Multidisciplinares e, em geral, pilotados por jovens cheios de energia e disposição, articulam-se na velocidade da internet sem esperar a tramitação de uma lei que segue em ritmo analógico.

O votenaweb.com.br, por exemplo, traduz para uma linguagem de fácil compreensão e coloca em votação virtual os projetos de lei mais importantes em pauta no Congresso Nacional. De seus mais de 15 mil usuários cadastrados, 55% têm entre 16 e 30 anos. Para Fernando Barreto, da WebCitizen, empresa criadora do site, mais importante do que a aprovação da Lei de Acesso à Informação é a mobilização das pessoas. “Nosso desafio é fazer com que o cidadão se interesse também por questões menos midiáticas, mas importantes para o País.”

SENSAÇÃO DE FAZER PARTE

Rodrigo Bandeira, fundador do cidadedemocratica.org.br, segue na mesma linha de pensamento. O fundamental, segundo diz, é mostrar aos jovens como se articular e usar a inteligência coletiva para construir uma sociedade de colaboração. Em Jundiaí, por exemplo, o grupo descobriu um obscuro instrumento de participação popular na Câmara Municipal – a Comissão de Participação Legislativa –, e conseguiu da prefeitura a aprovação de um plano cicloviário desenvolvido por ciclistas. “Isso gera um sentimento de ser dono da cidade”, resume Henrique Parra Parra Filho, um dos coordenadores locais.

[1] Projeto de Lei Complementar 41/2010

informa

forma ação

Lei de 1966 que regulamenta o acesso a informações públicas nos EUA

O urbanias.com.br escolheu outro caminho e se propõe a trazer para os cidadãos as informações que ele não consegue diretamente do poder público. Funciona como um Serviço de Atendimento ao Consumidor, em que o morador da cidade de São Paulo entra com seu pedido ou reclamação e pode acompanhar todo o processo até a resolução, coisa impossível de ser feita por meio do site da prefeitura. São mais de 1.000 usuários cadastrados e 900 demandas, 60% delas resolvidas, segundo Rafael Balago, jornalista moderador do site. “Serviços via internet como o Urbanias e o SacSP estão fazendo com que o poder público se mexa. Algumas subprefeituras têm até conta no Twitter e interagem diretamente com as pessoas. Isso é positivo”, acredita.

Serviços pela internet, em que o cidadão entra com reclamação ou pedido, fazem com que o poder público se mexa

Um dos exemplos mais bem-sucedidos de iniciativas pela transparência da administração pública, a Rede Nossa São Paulo mobiliza 640 entidades em torno de ideias e ações para a capital paulista. O coordenador do Grupo de Trabalho de Orçamento da Rede, economista e ex-vereador Odilon Guedes, afirma que a aprovação da lei de acesso à informação pública é fundamental para que os brasileiros compreendam o que está acontecendo com o dinheiro pago em impostos. Criador da Lei da Transparência, que exige a prestação de contas por parte dos ocupantes de cargos públicos da cidade de São Paulo, Odilon considera a questão explosiva. “Hoje, 34% do PIB referem-se a impostos. E as pessoas não sabem como esse dinheiro vem sendo gasto.”

JORNALISMO INVESTIGATIVO

O presidente da Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos (Abraji), Fernando Rodrigues, lamenta que a lei de acesso a informações esteja há quase dez

anos tramitando no Congresso, enquanto empresas que querem se instalar no Brasil precisam contratar serviços de lobby em Brasília para obter informações às quais teriam direito.

Nos Estados Unidos, 40% das consultas feitas ao **Freedom of Information Act** são originárias de empresas. Para Rodrigues, o Brasil precisa acabar com o conceito de opacidade que domina a administração pública se quiser ser verdadeiramente desenvolvido. “Tudo que é produzido no governo é público.”

A Abraji trabalha junto com outras organizações, entre elas a Artigo 19, a Transparência Brasil e a Transparência Hacker, pressionando pela aprovação da lei no Senado. Mas o líder do PT, Humberto Costa (PE), admite que até agora não há qualquer articulação para dar mais velocidade ao projeto.

Na visão de Arthur Serra Massuda, da Artigo 19, o projeto não avança por pressão dos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores. A questão mais espinhosa é o fim do sigilo de documentos secretos. O projeto de lei em tramitação mantém por 25 anos o sigilo de documentos ultrassecretos, renováveis por mais 25 anos, o que Massuda considera um tempo longo demais.

Especialista em políticas comparadas e um dos fundadores do Movimento Brasil Aberto, Greg Michener diz que a lei já nasce atrasada em relação ao que existe de mais atual no mundo, mas é melhor que seja aprovada como está, pois, caso o Senado decida fazer alterações no texto, ele terá que voltar à Câmara dos Deputados, atrasando ainda mais a entrada em vigor. Michener aponta como pontos positivos da lei o fato de exigir que a informação seja fornecida aberta (em um formato reprocessável ou legível por máquina) e seja abrangente a todos os níveis de governo e corporações ligadas ao poder público. A parte negativa fica por conta dos três diferentes níveis de sigilo e o prazo de reserva para documentos classificados.

Em vez de publicar os relatórios apenas em PDF, que só podem ser lidos pelas pessoas, a ideia é possibilitar o uso das informações públicas em softwares e aplicativos que estejam aptos a recombiná-las e ressignificá-las, explica o cientista político e membro da comunidade Transparência Hacker, Ricardo Poppi. Usando dados

abertos, o programador Maurício Maia criou um site que mostra de forma simples os alagamentos na cidade de São Paulo, o site alagamentos.topical.com.br.

“Na América Latina, entre os países democráticos, apenas o Brasil e a Costa Rica não têm uma legislação que garanta o acesso à informação pública. E, mesmo assim, na Costa Rica não há lei, mas existe de fato esse acesso”, lembra Michener. Cuba, obviamente, fica fora das estatísticas. “O Brasil está muito atrasado em relação ao assunto”. Para Michener, é importante que o País aprove a lei rapidamente, para permitir uma maior transparência e agilidade. “Os projetos envolvendo as Olimpíadas, a Copa do Mundo e o pré-sal são exemplos nos quais há necessidade de maior transparência e acompanhamento.”

O melhor modelo de transparência nas informações públicas é o do México, onde existe um órgão independente responsável pela fiscalização e acompanhamento das requisições feitas pelos cidadãos. O Instituto Federal de Acesso a Informações Públicas (Ifai) tem poder de pressionar os órgãos do governo e, assim, garantir a divulgação de informações essenciais. No Brasil, o recurso previsto pelo projeto de lei é a Controladoria-Geral da União, que, na visão de Michener, por ser parte do Executivo, não teria a independência necessária para pressionar os órgãos da administração pública.

Na ausência de uma lei geral que regule a questão, no entanto, algumas iniciativas vêm sendo tomadas por setores mais antenados da administração pública. É o caso da Lei 10.650, que permite o acesso público aos documentos que tratam de matéria ambiental armazenados no Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sinama). Com base nesta lei, o site O Eco conseguiu informações exclusivas a respeito das hidrelétricas do Rio Madeira e de Belo Monte, conta o editor-chefe Gustavo Faleiros. O Portal da Transparência e o E-gov, do governo federal, também seguem em direção a uma maior transparência.

PODER DAS PESSOAS

O fato é que, se o Brasil quiser mesmo ser exemplo de democracia para os países do Oriente Médio e do Norte da África, como disse o presidente americano

Barack Obama, precisa apressar-se e aprovar a lei de acesso a informações públicas, como já fizeram cerca de 90 países. O próprio Obama é testemunha do que o movimento de pessoas digitalmente coordenadas pode fazer. Vivemos a era do poder das pessoas, segundo ensina Gerd Leonhard, futurista e palestrante alemão, CEO da The Future Agency, autor de diversos livros, entre eles, The End of Control.

Para Leonhard, o mundo vive a transformação de um “egossistema” baseado no poder de grandes companhias e grandes governos em um ecossistema onde o poder de muitos pequenos desafia o grande. “O poder não é mais aquilo que você controla, mas aquilo que você compartilha.”

talvez a chamada **Revolução do Jasmim** também possa servir de exemplo para o Estado brasileiro, que caminha lento, enquanto cada vez mais brasileiros se conectam às redes e se articulam. “É melhor que o Estado brasileiro tome a dianteira, antes que alguém decida usar o Wikileaks para divulgar informações confidenciais”, pensa Arthur Serra Massuda. “A divulgação das informações não é entendida pelos políticos como um direito do cidadão”, lamenta a vice-diretora geral do Movimento Voto Consciente, Rosângela Giembinsky, opinião compartilhada pelo coordenador de projetos da Transparência Brasil, Rogério Schmitt.

Não se trata apenas de regulamentar a divulgação de informações, mas, sim, de entender qual é a energia que movimenta o mundo hoje, analisa Maurício Curi, curador do TEDx Vila Madá. Usando de forma criativa a Teoria da Relatividade de Albert Einstein ($E=MC^2$), Curi acredita que Energia atualmente é gerada pela Mobilização multiplicada pelo Conhecimento de muitos. “A energia no mundo de hoje não é apenas digital, é humana. É um modelo propulsor da sociedade.”

As pessoas começam a sentir que não estão sozinhas. Daniela Silva, cofundadora da empresa Esfera e integrante do Movimento Transparência Hacker resume a necessidade por mais transparência em uma frase: “A internet muda e transforma pra sempre a prática de fazer política”.

ACESSE MAIS INFORMAÇÕES SOBRE FONTES, ENTIDADES E LINKS CITADOS NESTA REPORTAGEM EM SUA VERSÃO DIGITAL EM WWW.FGV.BR/CES/PAGINA22

Sucessão de manifestações ocorridas na Tunísia entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011 que levou à saída do presidente da República Zine El-Abidine Ben Ali, e espalhou-se pelo mundo árabe, do Norte da África ao Oriente Médio



Pouca sardinha pra muita brasa

A profusão de índices, relatórios e compromissos empresariais encabeçados pelos diversos atores da sustentabilidade reflete uma saudável multiplicidade ou já pede convergência?

POR RENATO GUIMARÃES FOTO GALÁPAGOS

Princípios do Equador, GRI, ISE, ICC, IAS, Global Compact, IBGC, IASCG, ISO 26000... Uma verdadeira sopa de letrinhas acompanha a profusão de indicadores, fóruns, movimentos e compromissos públicos que, ao longo dos últimos anos, vem embalando a consolidação da sustentabilidade como tema estratégico para empresas, governos e cidadãos. No meio de tantas iniciativas não é muito fácil para neófitos – e mesmo para os profissionais que militam na área – processar o resultado de tantas medições e articulações. Essa profusão de itens nas prateleiras do mercado da sustentabilidade refletem uma saudável diversidade ou expressam falta de objetivo e de convergência?

Se uma empresa resolve, por exemplo, produzir um relatório de sustentabilidade segundo os parâmetros da Global Reporting Initiative (GRI), buscar fazer parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa e, ainda, responder aos Indicadores Ethos, vai se defrontar com farta quantidade de trabalho ao preencher os questionários e formulários. Os dados e informações normalmente não conversam entre si, o que acaba exigindo uma repetição de ações – que são parecidas, mas diferentes.

Além disso, se esta mesma empresa desenvolver uma política com relação ao tema de mudança climática,

terá à disposição vários espaços de articulação, como o Fórum Clima e o Empresas pelo Clima (EPC), e ainda diversas agrupações no âmbito estadual, muitas delas vinculadas ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Embora tratem de um tema comum, essas várias instâncias seguem dinâmicas próprias, com agendas específicas.

Os profissionais ouvidos por PÁGINA22 reconhecem que essa profusão de indicadores e compromissos vem cumprindo sua parte na consolidação de um conceito complexo e inovador, como o da sustentabilidade. Mas acreditam que é chegado o momento de buscar uma melhor coordenação. É o que defende o consultor Marcus Nakagawa, idealizador da **Associação Brasileira dos Profissionais de Sustentabilidade**. Para ele, é preciso haver uma espécie de consolidação dos indicadores, fóruns e compromissos, de forma a conseguir um entendimento e engajamento maior dos consumidores e da população em geral.

O consultor lembra que, quando ainda trabalhava em empresas, sentia que em muitas ocasiões era difícil traduzir esse monte de indicadores em dados palpáveis para os gestores, que são finalmente os que tomam as decisões. Para ele, o tempo de um diretor é curto e, com muitos dados na mão, existe o risco de perder a oportunidade de convencimento. “Por isso a importân-

▲ A associação foi lançada em março de 2011 para conectar e fortalecer a atuação dos profissionais de sustentabilidade. Mais informações: <http://abraprosus.blogspot.com>

cia de consolidar alguns desses indicadores e otimizar os congressos e fóruns, que se têm multiplicado muito nos últimos anos.”

Para as empresas fica, portanto, a missão de lidar com essa sopa de letrinhas, tornando-a palatável para seus públicos. Claudia Malschitzky, executiva-sênior de Sustentabilidade do HSBC Brasil, vê esse papel de maneira positiva. Para ela, a sustentabilidade traduz um conjunto de conceitos e práticas que resultam em mudanças culturais e de comportamento que levam tempo para ser consolidadas. Nesse contexto, o surgimento de indicadores cobrindo diversas áreas e fases foi uma etapa necessária. “O processo de reporte tem um ponto positivo para a empresa porque direciona, dá um foco, indica qual é a trilha.”

A executiva destaca que muitas vezes as empresas têm boa vontade no sentido de desenvolver agendas estratégicas de sustentabilidade, mas não sabem o melhor caminho a seguir. Para ela, os diversos indicadores cumprem justamente a função de ajudar as empresas a ser mais transparentes no relacionamento com seus *stakeholders*. “Muitas vezes esses indicadores até transcendem o papel de ajudar na prestação de contas para condicionar a estratégia de posicionamento, de mudança cultural da empresa.”

O caráter de complementaridade dos fóruns e compromissos é um ponto positivo, na opinião de Bárbara Oliveira, coordenadora do programa Sustentabilidade Global, do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-Eaes. Ela vê como importante a cobertura dos diversos aspectos da sustentabilidade, até mesmo pelo fato de o Brasil ser um país muito diverso, cultural e geograficamente. “Além disso, em um ambiente democrático como o nosso, é importante contar com múltiplas visões e ter acesso a fontes diversas de pesquisas, documentos e dados.”

Do ponto de vista das empresas, o maior desafio, na opinião da pesquisadora, é conciliar a demanda externa por tanta informação com a realidade interna de equipes enxutas ou até a ausência de profissionais dedicados ao tema da sustentabilidade. “Vemos grandes empresas com apenas uma ou duas pessoas dedicadas ao tema. Realmente, fica impossível para estes poucos profissionais estar a cada semana em um fórum diferente, dar conta da demanda por tantos indicadores e ainda atuar nos diversos setores da organização.”

É justamente por reconhecer essa dificuldade das empresas de lidar com a crescente demanda por informações de gestão e impacto no campo da sustentabilidade que o Instituto Ethos está trabalhando para lançar uma nova geração dos Indicadores Ethos de

Consolidar iniciativas contribuiria para facilitar o entendimento da sociedade sobre a efetividade dessas ações

Responsabilidade Social Corporativa. Paulo Itacarambi, vice-presidente do instituto, explica que essa nova versão vai atualizar os indicadores e posicioná-los como uma plataforma, que até mesmo ajude as empresas a conciliá-los com a recém-lançada Norma de Responsabilidade Social ISO 26000 e, também, com as diretrizes da GRI. “Com isso, esperamos simplificar o trabalho para as empresas, no sentido de gerar indicadores para uso comum dessas plataformas já consolidadas.”

DIRETO AO PONTO

Consolidar indicadores de sustentabilidade e compromissos empresariais contribuiria para facilitar o entendimento da sociedade sobre a efetividade dessas ações, acredita o consultor Aerton Paiva, sócio da empresa de consultoria Gestão Origami. Para ele, os indicadores atuais, apesar de necessários, ainda estão, em sua maioria, muito voltados para medir a eficiência e a eficácia dos processos de gestão. “Mas não conseguem medir os impactos reais, que, no final das contas, é o que as pessoas querem saber.”

Paiva diz que a Gestão Origami está trabalhando com seus clientes o conceito de *one page report*, pelo qual os diversos indicadores de gestão são contrapostos às tendências, desafios e oportunidades do setor de atuação da empresa, de forma a medir seus impactos concretos e a efetividade de suas estratégias de sustentabilidade. “Consolidamos tudo isso em literalmente uma página, frente e verso, de forma que qualquer pessoa, mesmo que não domine todo o ferramental de indicadores, consiga entender.”

Claudia Malschitzky, do HSBC, concorda que estamos no caminho para uma nova geração de indicadores e compromissos que deixem mais transparente o impacto das ações e ajudem a comunicá-los melhor para as partes interessadas. A matriz do banco na Inglaterra, por exemplo, produz um relatório de sustentabilidade de 25 páginas centrado nos compromissos assumidos e no que se conseguiu entregar efetivamente. “Estamos em um momento no qual os *stakeholders* querem ver na prática o que a empresa promete. No nosso caso, de que forma emprestamos o dinheiro, como nossa carteira de crédito está sendo gerida etc. E os indicadores e compromissos têm de ser cada vez mais capazes de espelhar essa realidade.”

[ARTIGO]

O novo campo político A terceira via representada por Marina Silva vive uma “re-criação” do movimento e pede a refundação do PV, em sintonia com a ideia de organização política em rede **POR EDUARDO ROMBAUER* E MARCEL TAMINATO****

O resultado expressivo, e para muitos inusitado, da campanha de Marina Silva em 2010 lançou a possibilidade de estabelecer uma terceira via na cena política do País. Por ser diferente de uma via tradicional conduzida somente por partidos políticos, esse espaço de ação política tem sido chamado por alguns de “novo campo”.

O novo campo nasce da esperança mobilizadora de milhões de eleitores e apoiadores da candidatura presidencial de Marina, que defendem a agenda da sustentabilidade e querem participar dessa construção praticando um novo modo de fazer política.

Os primeiros passos de sua consolidação revelam, à primeira vista, muitas incertezas. O que não poderia ser diferente, pois se trata de um espaço aberto que envolve múltiplos atores institucionais e milhares de pessoas buscando transformações profundas e paradigmáticas.

Exatamente por isso, neste momento, há uma redefinição generalizada dos papéis e caminhos das organizações que dão sustentação ao campo, como o Partido Verde (PV), o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), o Instituto Marina Silva, e o Movimento Marina Silva.

O Partido Verde encontra-se em uma fase de discussão sobre seu processo de refundação, que foi assumido publicamente no período de filiação de Marina, a começar pela sua democratização interna. Contraopondo-se a um projeto de manutenção das estruturas internas de “poder pelo poder” dentro do PV, Marina e outros integrantes defendem que o partido seja o exemplo político daquilo que professou nas eleições, abrindo-o para as novas formas de participação da sociedade, como uma organização política em rede. Sem essa mudança, a convergência entre o partido e as demais forças do novo campo fica seriamente comprometida.

O Movimento Marina Silva, por sua vez, de natureza processual, independente, aberta e em rede, passa por uma fase de

recriação da sua forma e identidade, haja vista que seus objetivos iniciais tornaram-se obsoletos, principalmente a defesa da candidatura de Marina Silva à Presidência da República.

Por essa razão, neste mês de março, 50 membros do movimento, com a participação da própria Marina, em São Paulo, realizaram um “encontro re-criativo”, tendo em vista revisitar a identidade e os rumos do movimento e criar uma nova forma. Motivados a colaborar na construção do novo campo, estabeleceram novos horizontes de ação, como fomentar a mobilização de 1 milhão de pessoas para a Conferência Rio+20; constituir uma rede de aprendizagens e práticas de sustentabilidade, com base nos processos iniciados com as Casas de Marina durante as eleições; e iniciar a construção de uma nova rede política para fortalecer o novo campo.

Outra organização, o Instituto Democracia e Sustentabilidade, foi inicialmente criada para construir uma discussão ampla com a sociedade sobre “qual o Brasil que queremos”. Entretanto, com seus processos de reestruturação interna em andamento, não está definido o papel que desempenhará em relação ao novo campo.

Quem acompanha esses processos pode perceber que o novo campo se desenha segundo uma convergência de atores e



institucionalidades muito diferentes entre si, mas em conformidade com princípios norteadores transversais comuns e muito consistentes: a sustentabilidade como eixo do desenvolvimento, a nova forma de fazer política como prática, a organização em rede e multicêntrica como meio, e a conexão com os núcleos vivos da sociedade como base de sua sustentação.

O desafio é transformar essa diversidade de instituições e pessoas envolvidas nesse contexto pós-eleitoral em uma força de ação e reinvenção política permanente, praticando esses princípios, sustentando e renovando utopias numa perspectiva intergeracional. O que poderíamos chamar de uma poética de mobilização “arco e flecha”, com base em um poema de Marina. (acesse-o na versão digital deste artigo em www.fgv.br/ces/pagina22)

Uma das qualidades da nova forma de fazer política é a circularidade de posições, em que ora “agimos como flecha”, sendo protagonistas dos processos, ora “agimos como arco”, criando os impulsos e as condições para ação dos outros. Esse movimento de alternância, como base da ação política, só é possível quando cada um se dispõe a “ser mais um”, em uma relação horizontal com os demais do processo.

Corroborando com essas premissas, Marina Silva se posiciona claramente, perante seus pares, como “mais uma”. Tal postura valoriza os processos coletivos e respeita seus próprios tempos de maturação, sem a imposição de vontades ou manipulações, dando espaço para que as pessoas sejam corresponsáveis e cocriadoras desse novo campo. E dessa forma seu exemplo inspira o envolvimento e a convergência de uma nova geração de pessoas que, como nós, se reencantam com a política como caminho para transformação da vida e do mundo. 

* BACHAREL EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO
** BACHAREL EM CIÊNCIAS SOCIAIS, MESTRE E DOUTORANDO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL / AMBOS FORAM ATIVOS NO DESENVOLVIMENTO DO MOVIMENTO MARINA SILVA

A guerra das lâmpadas

O reinado da fluorescente está ameaçado, mas a alternativa da LED também tem seus riscos **POR REGINA SCHARF***

As lâmpadas fluorescentes compactas estão riscando do mapa os tradicionais bulbos incandescentes, que consomem mais energia – mas o seu reinado não será duradouro. Elas perdem rapidamente terreno para as lâmpadas LED, ainda mais econômicas. As lâmpadas LED costumam durar 50 mil horas – o dobro das fluorescentes compactas – e são duas vezes mais eficientes que estas (que, por sua vez, são de quatro a seis vezes mais eficientes que as incandescentes). Além disso, ao contrário das suas concorrentes, elas quase não esquentam com a utilização.

Claro, nem tudo são flores. As lâmpadas LED são 30 vezes mais caras que as incandescentes e custam umas oito vezes mais que as fluorescentes compactas. E ainda há controvérsias sobre a apregoada vantagem ambiental. Mas isso não parece assustar os consumidores.

Estudo feito no ano passado pela Pike Research, especializada em pesquisas de mercado sobre tecnologias limpas, estima que, até 2020, as LED dominarão 46% do mercado americano de iluminação comercial, industrial e viária, avaliado em US\$ 4,4 bilhões. Outro relatório, publicado no fim de 2010 pela Groom Energy e a Greentech Media Research, aponta na mesma direção. Ele prevê que as vendas de lâmpadas LED para fins comerciais e industriais crescerão 30% este ano. O relatório atribui tal aumento ao barateamento das LED com mudanças no seu *design*, novos incentivos financeiros à eficiência energética implantados nos EUA, e um maior interesse dos proprietários de edifícios por tecnologias mais sustentáveis.

A indústria tem enviado sinalização semelhante. A Panasonic acaba de anunciar que vai dobrar a sua produção desse tipo de lâmpada nos próximos dois anos, diante da previsão – feita antes do terremoto – de que esse mercado aumentaria 64% no Japão até março do ano que vem. A Philips divulgou recentemente que estima que a tecnologia LED deverá deter metade do mercado doméstico nos EUA dentro de quatro anos.



A empresa acaba de conseguir o selo Energy Star, que indica baixo consumo de energia, para a sua lâmpada LED 12,5 watts, que ilumina tão bem quanto uma incandescente de 60 watts, embora gaste 80% menos energia e dure 25 vezes mais. É a primeira vez que a EPA, a agência ambiental americana, dá aval a uma lâmpada LED.

Até o símbolo maior do Brasil entrou nessa onda. O Cristo Redentor acaba de ganhar um sistema de iluminação composto por 300 projetores de LED, o que deverá reduzir em 80% a energia consumida na tarefa. Esse sistema tem também as vantagens de exigir menos manutenção e permitir a projeção de inúmeras cores.

Será que a substituição das fluorescentes compactas pelas lâmpadas LED é realmente uma boa notícia do ponto de vista ambiental? Há controvérsias. Por um lado as LED não empregam mercúrio, como as fluorescentes compactas, que têm cerca de 4 miligramas de mercúrio no seu interior. E o mercúrio

é um dos metais pesados mais tóxicos que existem, podendo causar graves problemas neurológicos. No entanto, as lâmpadas LED empregam diversos outros metais bastante perigosos, que variam segundo a cor da luz emitida, conforme publicado em nota na edição 50 de PÁGINA 22.

Pesquisadores da Universidade da Califórnia mapearam a presença de **cobre, chumbo, arsênio e níquel** – em alguns casos bem acima do permitido pela legislação. “As lâmpadas LED são apregoadas como sendo a nova geração em iluminação”, declarou Oladele Ogunseitan, coordenador desse estudo. “Mas, ao mesmo tempo que tentamos encontrar produtos melhores, que não acabem com os nossos recursos energéticos nem contribuam para o aquecimento global, temos de ficar atentos sobre os riscos de toxicidade das alternativas.”

Segundo os pesquisadores californianos, esses metais estão associados a diferentes tipos de câncer, a problemas neurológicos, a doenças renais e à hipertensão, entre outros riscos

JORNALISTA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE

Oportunidade ou ingerência?

A regulação internacional de florestas pode legalizar a exploração de madeira e conservar a Amazônia. O ponto sensível é expor a corrupção e a pouca transparência do setor no País **POR LUCIANA BETIOL* E MALU VILLELA****

A questão florestal e o papel do Poder Público, como seu gestor, vêm tomando, dia a dia, maior espaço de discussão nas agendas nacional e internacional. Temas que impulsionam essas agendas estão centrados nos diversos impactos ambientais e sociais que a exploração predatória das florestas provoca, em especial no bioma Amazônia. Entre os impactos, estão o aumento da

emissão de gases de efeito estufa, a grande perda de biodiversidade e até questões sociais e culturais, como o **empobrecimento das populações tradicionais e indígenas**.

Esse cenário se agrava ao se levar em conta que o índice de ilegalidade do setor madeireiro brasileiro oscila entre 40% e 80% da produção total, e o Poder Público é o responsável tanto pela gestão dessa exploração – hoje marcada por falta de governança, de investimentos, grande impunidade e corrupção – quanto por figurar como um dos maiores consumidores de madeira de origem amazônica.

Diante disso, há um grande movimento para criar instrumentos reguladores da produção e consumo dos insumos florestais, tais como legislações locais, aumento de operações de fiscalização de fronteiras e depósitos de madeira nos mercados consumidores, mecanismos econômicos que impulsionam novas práticas (como o caso da certificação florestal e das compras públicas sustentáveis), além de mecanismos de regulação internacional de adesão voluntária, pressionando a regularização da cadeia produtiva pelos países produtores.

Dois grandes mecanismos de regulação internacional vêm crescendo em importância no mercado madeireiro, inclusive influenciando a adoção, por grandes países produtores e exportadores de madeira, de legislações mais restritivas de exploração e comercialização desse produto. São eles o Flegt europeu e o Lacey Act americano.

O Flegt, na sigla em inglês, significa



Plano de Ação para Cumprimento da Legislação, Governança e Comércio no Setor Florestal – iniciativa adotada pelos países da União Europeia desde 2003, diante da identificação de serem eles um dos maiores consumidores de madeira do mundo, e possíveis fomentadores do mercado ilegal de madeira. Esse plano de ação prevê investimentos na melhoria da administração dos setores florestais dos países produtores, incluindo a implementação de sistemas de rastreamento e licenças que garantam de fato a procedência legal da madeira importada pela Europa, por meio da adesão a um acordo de parceria voluntária com os países produtores de madeira.

As negociações com o Flegt envolvem países como Congo, Gana, Malásia e Indonésia, que têm na madeira uma commodity com significativa participação no PIB e, por isso, visam um acesso cada vez maior aos grandes mercados internacionais. Todo esse ganho financeiro tem a sua contraparte na pressão que esse mecanismo gera para a regulamentação interna, que prevê os devidos registros, pelas empresas que exploram madeira, do cumprimento de obrigações previdenciárias e trabalhistas, do respeito aos direitos de comunidades locais e populações indígenas, da regulamentação do transporte e comercialização de madeira, entre outras exigências, todas auditadas por entidades independentes e externas.

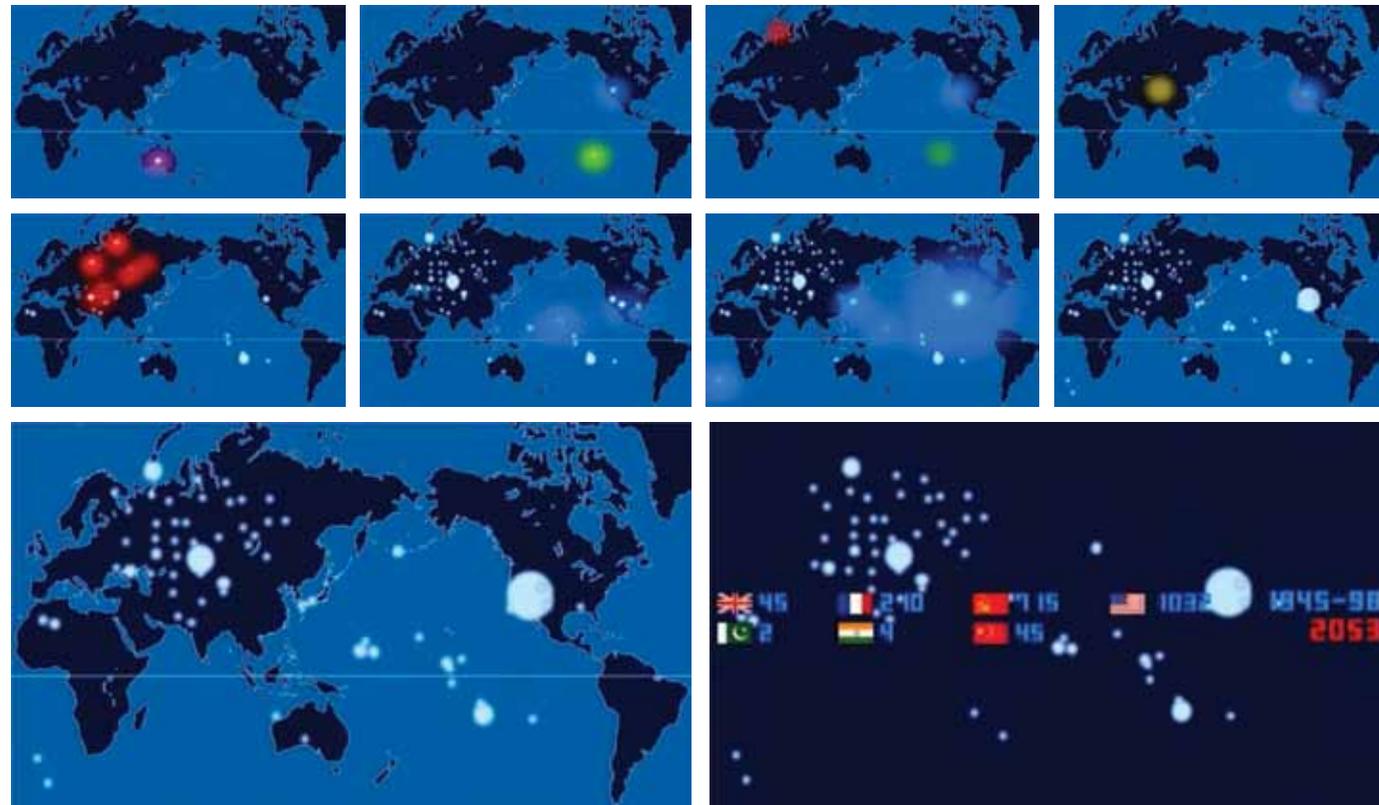
Já o Lacey Act americano abrange uma maior gama de produtos, uma vez que inclui espécies silvestres da fauna e da flora, sendo, no caso da madeira, apenas a de origem nativa. Seu modelo não prevê parcerias vinculantes com países exportadores, mas, sim, parcerias técnicas de acesso a informações para checagem de critérios previstos na legislação americana.

E o Brasil, como se posiciona quanto a esses mecanismos, em especial o Flegt? Estudos recentes do Imazon apontam que o volume de madeira nativa amazônica exportada é de 21% do explorado, ficando a maior parte no mercado interno, o que enfraquece a importância de adesão a regulamentações internacionais pelo Estado brasileiro.

Mas a discussão não se restringe ao argumento de essa commodity não justificar, comercialmente, uma parceria bilateral estratégica. A adesão a esse mecanismo internacional, que tem por base uma verificação fina da cadeia produtiva da madeira amazônica, poderia apontar para uma exposição da fragilidade de aplicação e fiscalização da lei ambiental e florestal nacional. Isso porque, apesar da robustez de nossa legislação, ela enfrenta uma série de fraudes e sabotagens nos sistemas de controle, onde a falta de governança e transparência ainda imperam.

Ao resistir à regulamentação internacional, o Brasil pode deixar de agregar ao seu leque de mecanismos de proteção ambiental uma ferramenta importante de denúncia e pressão que poderia funcionar como indutora da legalidade da produção madeireira e, conseqüentemente, da conservação da Floresta Amazônica. Perdem, também, aqueles que lutam para que a lei nacional seja aplicada e cobrada com a pressa que o planeta expressa para a manutenção de seus recursos e da espécie humana.

COORDENADORA DO PROGRAMA DE CONSUMO SUSTENTÁVEL DO GVCS
COORDENADORA DA REDE AMIGOS DA AMAZÔNIA DO GVCS/GVCEAPG



Sinfonia atômica

O pesadelo nuclear transcende Fukushima e Hiroshimas, mas é do Japão o artista que, com um mapa-múndi mais um tanto de sinais sonoros e luminosos, consegue transmitir a atmosfera perturbadora que a questão atômica encerra – ou vaza. Isao Hashimoto colocou sobre uma espécie de linha do tempo digital o período compreendido entre 1945 e 1998, e nele contidas as 2.053 explosões nucleares que começaram com os testes em Los Alamos e terminaram com os do Paquistão. Tomara

mesmo que tivessem terminado. A cada explosão, um bip. Em momentos da História chegam a fazer uma sinfonia. São mais de 14 minutos que parecem durar uma eternidade, sensação provocada justamente pelo medo de que, a qualquer momento, a tal eternidade vá pelos ares. É tempo de sobra para refletir sobre a estupidez da genialidade humana. Exercite a reflexão em www.youtube.com/watch?v=LLCF7vPanrY&feature=player_embedded.

POR AMÁLIA SAFATLE

HOMENAGEM DO INSTITUTO BIOATLÂNTICA À IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BRASIL.



O Instituto BioAtlântica trabalha pela conservação e restauração da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados.

Criado com o apoio de empresas e organizações socioambientais em 2003, o instituto atua como catalisador de iniciativas multissetoriais.

Sua abordagem está baseada nas ciências da conservação e da restauração florestal, na geração de trabalho e renda e no alcance de resultados concretos para benefício da biodiversidade, do desenvolvimento econômico e da população brasileira.

www.bioatlantica.org.br

Instituto BioAtlântica, rua Goethe, 75,
Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, 22281-020.

Telefax +55 (21) 2535-3940

bioatlantica@bioatlantica.org.br





TATERRAO

Perfumes provocam sensações e revivem os nossos sentimentos.
Falam sem palavras. É a arte de produzir estímulos
que nos levam ao que realmente somos e sentimos.
É essa a inspiração da Natura para criar suas fragrâncias, que
transforma a riqueza da natureza em óleos essenciais exclusivos
e perfumes únicos, com conceitos que geram identificação,
nos reconectam com a nossa essência, com o outro e com o mundo.

Perfumaria Natura.
A arte de se descobrir.